



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2018

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Aos nove dias do mês julho de do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão extraordinária, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

1. Constituição da Empresa “Águas do Alto Minho”. -----
2. Proposta para contratação de empréstimo para despesas de investimento, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na sua atual redação; -----
3. Proposta para contratação de empréstimos de médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas, nos termos dos artigos 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI, na sua atual redação; -----
4. Proposta para renegociação da dívida financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente do empréstimo n.º 9015.006702.9.91 – obras cofinanciadas inscritas no plano plurianual de investimentos de 2010, de forma a obter condições economicamente mais vantajosas para o Município de Vila Nova de Cerveira, artigo 101.º da lei 114/2017, de 29.12 (Lei do orçamento do estado para 2018); -----
5. Proposta para contratação de financiamento para gestão de combustível pelo Município de Vila Nova de Cerveira nas redes secundárias em substituição dos proprietários e produtores florestais, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril; -----
6. 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018. -----

Efetuada a chamada (**Anexo 1**), verificou-se a existência de **Quórum** com a presença da totalidade dos 26 (vinte e seis) membros da Assembleia. -----

Foram recebidas via e-mail, as comunicações de **impossibilidade de presença** à sessão desta assembleia municipal dos Srs./as: -----

- **Ana Santos (primeira secretária)**, que comunicou antecipadamente a sua impossibilidade de estar presente na próxima reunião, solicitando a sua substituição (**Anexo 2**), pelo que foi convocado o Sr. **César Esteves Marques**; -----

- **João Araújo e Fernando Venade**, que se farão representar pelos elementos seguintes da lista (**Anexos 3 e 4**); -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

- O Sr. Presidente da **União de freguesias de Campos e Vila Meã** que ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, faz-se representar pelo tesoureiro, Sr. **Elvis Graça Costa (Anexo 5)**; -----

- O Sr. Presidente da **Junta de freguesia de Covas** que ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, faz-se representar pelo secretário, Sr. **Pedro André Costa Araújo (Anexo 6)**. -----

- O Sr. Presidente da **Junta de freguesia de Cornes** que ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, faz-se representar pelo tesoureiro, Sr. **João Baptista Lameira da Cunha (Anexo 7)**. -----

Constatando-se a ausência justificada da primeira secretária, o presidente da mesa convidou e propôs para fazer parte da **mesa e secretariar** a reunião a deputada Sra. Maria Margarida da Rocha Barbosa, que por unanimidade foi favoravelmente aceite. -----

A Câmara Municipal, fez-se representar pelo seu Presidente Sr. Fernando Nogueira, tendo ainda assistido à sessão os Srs. Vereadores Vítor Costa e Aurora Viães. -----

Presidente da Assembleia – Antes de iniciar os trabalhos, deu as boas-vindas aos Srs. César Marques e João Cunha. -----

PONTO UM da ordem de trabalhos: **“Constituição da Empresa “Águas do Alto Minho”.** -----

Presidente da Assembleia – Informou que o dossier da constituição da empresa Águas do Alto Minho, que contém todos os documentos, foi remetido via email para a sessão de 29 de junho, que acabou por ser adiada para hoje. De toda essa documentação, permitam-me realçar o parecer técnico que esta autarquia indigitou. Fala da situação atual das condutas e reservatórios de água, assim como do processo que envolve previamente a dosagem de produtos para a água se tornar consumível. -----

O cenário que é traçado é que a rede de abastecimento de água do concelho está envelhecida e que os processos utilizados são arcaicos, pelo que urge tomar algumas medidas. São apresentados dois caminhos, por um lado o Município continua a ser dono de si próprio, a manter as tarifas, mas não pode submeter candidaturas a financiamento, e esta é a desvantagem; por outro lado, a adesão a esta parceria com mais 6 municípios que permite o cabimento ao recurso a fundos comunitários. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Presidente da Câmara - O assunto foi muito bem explicado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas só quero acrescentar duas ou três coisas nesta minha primeira intervenção sobre o assunto. -----

É uma decisão extremamente importante para o nosso concelho a médio e a longo prazo. É um assunto com décadas e que, nos últimos anos, tem tido especial atenção pelos técnicos da CIM Alto Minho, por técnicos especializados e das Águas de Portugal. Partilhei todos os documentos a que tive acesso com os Srs. Deputados. São documentos extensos com alguma informação difícil de digerir pelo caráter técnico e operacional, mas também por questões financeiras. -----

Fizemos uma primeira abordagem ao assunto na Câmara Municipal. Convidámos um técnico das Águas de Portugal e técnicos das Águas do Norte para explicar todo o conteúdo destes documentos, a nós e aos Srs. Vereadores. Os Srs. Vereadores, no que quiseram e tiveram interesse, foram esclarecidos. Tomámos a decisão nessa reunião de Câmara Municipal de não procedermos à votação do documento para dar mais tempo para análise e observação. Posteriormente, fizemos a votação numa outra reunião de Câmara Municipal, tendo sido aprovada com 3 votos a favor e 2 contra. -----

Realizámos uma sessão informativa para a qual convidámos todos os Presidentes de Junta de Freguesia, os membros da Assembleia Municipal e os membros das Assembleias de Freguesia e acho que na generalidade dos que hoje têm direito a voto participaram nessa sessão. -----

Este assunto foi agendado para discussão na última sessão da Assembleia Municipal em Covas, mas atendendo que é um assunto que merece toda a ponderação e porque já era uma hora tardia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a opção de adiar e muito bem. E assim os Srs. Deputados tiveram ainda mais tempo para analisar a documentação e procurarem informar-se e esclarecer-se. -----

Contudo, no meio disto tudo observo que algumas pessoas tomaram as suas opções. Todas são livres e respeitáveis, contra isso nada a opor, pois basta votar a favor, contra ou abster-se. Agora, o que parece pouco legítimo é enveredar por uma intoxicação da opinião pública com métodos provocadores e manipuladores, tornando a informação uma mentira. Foi distribuído a todos o mesmo dossier e a leitura que se vê é completamente díspar. Ou não se sabe ler ou não se quer entender, mas não temos tempo de voltar à escola primária. Já ando na política há muitos anos e sei que devemos fazer oposição, votar como queremos, mas não usar a mentira, a manipulação, a agitação e a provocação. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Estamos perante uma decisão que tem duas opções: ou a opção meramente técnica que está perfeitamente plasmada nos documentos apresentados de forma inequívoca, ou a opção política que também é legítima. Verificamos que a oposição política de alguns não é ideológica. Uma opção ideológica é estruturada e consolidada em toda uma organização, pelo que é fácil de ver que esta é uma opção política local, de oposição nada ideológica. -----

Para os executivos municipais, era muito mais cómodo e agradável politicamente votar contra esta adesão e deixar que os problemas advindos dessa decisão viessem mais tarde. Esta proposta de integração é claramente de solidariedade. Cerca de 70% da população do concelho (zona ribeirinha) está mais ou menos servida em quantidade, qualidade e segurança no abastecimento de água. Mas claramente os outros 30% da população estão numa posição mais débil. -----

Esta temática não é uma rosa sem espinhos e isso é claramente assumido. Os Srs. Presidentes, das Juntas de Freguesia mais do interior são claramente os mais visados e beneficiados neste acordo de parceria. Temos desde já o exemplo de Covas, com quem a Câmara Municipal tem um acordo de parceria, mas para prosseguir temos de continuar a investir na qualidade, quantidade e segurança. Falo também de Sapardos, Mentrestido, Gondar, Candemil e nomeadamente Cornes que também tem uma área mais alta. -----

Esta adesão privilegia essa solidariedade para com as freguesias mais distantes, e garante a médio e longo prazo o seu abastecimento. Se assim não for, andamos a tapar buracos durante décadas. -----

O contrato de 2000, com as virtualidades que contem, foi redutor porque desde logo nos inibe e não conseguimos fazer o abastecimento de água em alta a cotas superiores a 370m e a estas freguesias mais afastadas. Esse contrato também tem outras consequências, nomeadamente o preço do metro cúbico de água de abastecimento em alta, que vai condicionar o preço em baixa, cuja base é a das Águas do Norte. -----

Na altura desse contrato, houve a grande intenção de o alargar à distribuição de água em baixa. Os municípios na altura não quiseram, e muito bem, porque não nos dava as garantias que dá o presente contrato das Águas do Alto Minho. Não tem as mesmas garantias fundamentais que estão plasmadas no presente contrato, nomeadamente mais segurança em termos jurídicos. Há muito mérito dos sucessivos executivos em colocar água nas casas, com muito esforço, mas agora temos de evoluir e prestar um serviço de água com mais qualidade. -----

-



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Há três municípios que nesta fase não aderiram a este contrato e cada um sabe de si. Este programa está a ser trabalhado há 12 anos, mas nunca foi politicamente considerado oportuno decidi-lo ou concretizá-lo. Temos de colocar acima dos nossos interesses pessoais a defesa dos interesses dos nossos munícipes e do nosso concelho. Não deixa de ser interessante que um dos três municípios chegou a tomar uma deliberação há dias em que o Presidente da Câmara informou que, no seguimento da não adesão, tinha de ser decidida uma alteração do tarifário com um aumento substancial do mesmo. Este município tinha uma tarifa anterior a esta decisão semelhante à nossa. -----

Com agregação ou sem agregação, o preço da água irá aumentar para valores que não são os que se andam por aí a propagar. Há informação difundida que é um completo disparate. O ERSAR diz que o consumo médio estimado para uma família de três pessoas deve ser de 7 m³. Temos que corrigir hábitos e fazer um esforço para nos aproximarmos deste objetivo. Para um consumo de 10m³, a tarifa de água e saneamento em conjunto será de cerca de 22/23 euros. Neste momento, pagamos cerca de 16 euros. As coisas são para ser claras. sem rodeios. É com isto que teremos de contar e esta medida também será tomada por outros municípios, daí que não somos nenhuns iluminados. -----

Esta recomendação é emanada do Governo que nos encaminha para esta solução ao dizer: os municípios que não estiverem agregados, pelo menos três agregados em território continuado e um mínimo de 100 mil habitantes, não terão direito a fundos comunitários. No distrito somos o segundo município que mais investimento precisa. -----

Presidente da Assembleia Municipal: Informou que a bancada do PS fez chegar uma informação sobre a evolução do custo de tarifa das águas, águas urbanas e dos resíduos que já foi distribuída a todos os membros da AM (**Anexo 8**). -----

Paulo Fernandes: Disse: *"Há um princípio subjacente a ser deputado municipal que está acima de qualquer partido político, é o sermos representantes de todos os Cerveirenses. Fomos eleitos pelos Cerveirenses para defendermos os seus interesses. A bancada do Partido Socialista é contra a Parceria que o Município pretende fazer com a Águas de Portugal.* -----

Srs. Deputados o Sr. Presidente da Câmara diz que há vantagens em que passemos a gestão das águas para esta empresa, então quais são essas vantagens, vejamos: -----

1.ª Vantagem é dito que se passarmos para esta empresa não nos preocupamos com o cumprimento das exigências da ERSAR, que a água será sempre de qualidade e que ainda por



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

cima o Município vai receber uma renda e dividendos da empresa pela cedência da rede de águas e saneamento. Parece uma maravilha, mas lembrem-se que ainda há pouco tempo atrás nesta assembleia o Sr. Presidente afirmava que a água em Vila Nova de Cerveira tinha qualidade e que pode ser consumida sem preocupações, que cumpríamos os critérios da ERSAR. Em que ficámos? -----

2.^a Vantagem que dizem que teremos em passar as águas para a empresa! – Vamos receber dinheiro da empresa para requalificar a rede. O Investimento das águas do Alto Minho será de cerca de 546.000 euros em 5 anos em Vila Nova de Cerveira. No entanto há concelhos que nesta parceria vão receber o dobro deste dinheiro como é o caso de Paredes de Coura ou até seis vezes mais como é o caso de Viana do Castelo, que recebe 3.200.000 euros de investimento. Ou seja, Cerveira é dos concelhos que menos dinheiro receberá da empresa. -----

Mas não são tudo rosas porque a Camara de Cerveira enquanto acionista da empresa também terá de participar no seu capital social e entrar com cerca de 89.000 euros. Mas Srs. deputados há alternativas para conseguir este montante de investimento de outra forma?? A resposta é que há e sem riscos para os Municípes, sem preços de água exorbitantes. De acordo com os CENSOS 2011, Vila Nova de Cerveira tem 6171 habitações, bastava que aumentasse a fatura mensal em 1,5 euros por mês para ao fim dos 5 anos a autarquia ter disponíveis 555.390 Euros, ou seja, ainda mais que os 546.000 euros que a parceria vai atribuir. Mas teremos de considerar que além destas 6171 habitações também existem 1334 empresas que poderão contribuir ainda para aumentar esta receita caso se opte por aumentar ligeiramente a taxa fixa da água. -----

Srs deputados a subida de preços que representa esta parceria é muito maior do que 1,5 euros de esforço mensal para os nossos municípes. -----

Ao Sr. Presidente não lhe parece mais lógica esta alternativa do que entregar a gestão das águas por 30 anos. Se Cerveira entrar nesta parceria estimamos que a fatura da água vai subir em média 40% já em janeiro de 2019. -----

A 3.^a Vantagem que dizem que teremos se aderirmos á parceria e passarmos a gestão das águas para a empresa – dizem que só desta forma poderemos aceder aos fundos comunitários do POSEUR, que de outro modo esta possibilidade estaria vedada. Dizem que trará 4 milhões de euros para o Município poder investir nas águas e saneamento. Então o Sr. Presidente pode garantir que se não aderirmos a esta parceria não teremos acesso a fundos comunitários neste quadro comunitário? -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este quadro comunitário acaba em 2020, o próximo ainda ninguém sabe o que trará. Mas Srs. deputados o que sabemos é que em Maio abriu um outro aviso do POSEUR para a Região Autónoma da Madeira, que permite a candidatura isolada de municípios, ora o Sr. Presidente da Câmara poderá garantir que não haverá no futuro financiamento de fundos comunitários para as autarquias que concorrerem isoladamente ou agregadas de outra forma?? É que a maioria das autarquias do nosso país continua isolada, não se constitui nestas parcerias por 30 anos! E a maioria das autarquias do nosso país irá gerir as suas águas e saneamento sem precisar de qualquer empresa para o fazer. -----

Mas sejamos racionais dizem que vamos ter 4 milhões de euros de fundos comunitários, ainda nem se candidataram, a empresa ainda não foi constituída e já dizem que vão ter 4 milhões, não lhes parece que estão a dar por certo o que ainda é incerto. -----

Temos de ser claros e verdadeiros. Há alternativas!!! Sr presidente e Srs deputados convido-os a fazer umas contas, em Cerveira temos 6171 habitações, se em cada a taxa fixa da água aumentar 5 Euros por mês durante 5 anos a Câmara receberá cerca de 2 Milhões de Euros ao fim de 5 anos. Dinheiro que poderá usar para investir nas águas. E ainda poderia recorrer a candidaturas a fundos comunitários, porque nos próximos anos haverá com certeza oportunidade para concorrerem todos os municípios não agregados, que são a maioria no país, e que não entregaram a água a gerir a empresas que sacrificam o bolso dos Municípes para terem altos dividendos. --- Se aprovarmos esta parceria ela terá um preço muito elevado e vamos pagar esse preço por 30 anos. Estimamos que a fatura de água e saneamento terá um aumento médio de 40%. Mas isso não é de estranhar porque quando fizeram a apresentação da empresa nos dados que apresentaram só os valores por m3 para suportar os custos de funcionamento da empresa ascendiam a 44% do valor total do m3. -----

Em todas as freguesias do concelho o preço da água vai subir, todas??? Não! a verdade é que em Covas os preços não vão subir porque a freguesia de Covas, será a única do concelho que fica fora desta parceria, e as águas e saneamento aqui serão geridos pela junta de freguesia. Então Sr. Presidente quem viver em Covas pagará pela água muito menos que os restantes Cerveirenses. -----

Concluindo. Caros deputados municipais este negócio é um mau negócio para Cerveira e um péssimo negócio para os Cerveirenses. É um negócio de risco que cria uma hipoteca a 30 anos, e, em 30 anos acontece muita coisa. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Hoje demonstramos com números concretos e dados objetivos que esta parceria é péssima para Cerveira. -----

O meu voto é um voto em consciência e um voto informado, esta matéria é tão sensível que espero que o voto de todos seja um voto verdadeiramente independente e que decidam apenas com base na racionalidade. Não é justo, se tomarmos uma decisão errada nesta noite, que sejam os nossos filhos e netos a pagar, a fatura no futuro, porque esta decisão vai valer para os próximos 30 anos. Srs. deputados municipais apelamos ao voto de todos vós para impedir que esta parceria avance! Obrigado!" -----

Manuel Ramalho: Disse: "Na passada assembleia de abril foi efetuada, e bem, uma alusão aos perigos do crescente populismo nas democracias mundiais. Os populismos tendem a emergir quando os atores do sistema político vigente causam indiferença ou desagrado a uma parte significativa da população, nomeadamente por más práticas governativas ou até por deixarem de dar resposta aos anseios do eleitorado. Em Portugal temos, infelizmente, algumas más práticas na nossa democracia que já se tornaram cliché. Uma delas é a famigerada política do "bota-abaixo", caracterizada pelo facto de um determinado partido da oposição votar contra todas as propostas do partido que está no poder independentemente do que está em jogo para a comunidade. O objetivo é conseguir captar mais apoio a curto prazo, para no futuro fazer o mesmo, se chegar ao poder. Aquilo que as pessoas se referem como "eles dizem uma coisa quando estão na oposição e depois fazem exatamente o contrário quando estão no poder". Na maior parte das vezes essa oposição nem fundamenta com rigor e detalhe esse sentido de voto, nem tampouco apresenta uma alternativa credível e realizável, fica-se somente pelos lugares comuns e pelos chavões, seja por pura inépcia seja por estratégia deliberada. A oposição é vital para a saúde da democracia principalmente pela fiscalização ao poder executivo, pelos caminhos diferentes que aponta com o aprofundamento das questões que deve promover, devendo, no entanto, abster-se, tal como o executivo, de abraçar a demagogia. -----

Depois queixam-se dos avanços do populismo. Na política por vezes é necessário tomar decisões difíceis e impopulares em determinado contexto para se zelar pelo futuro da comunidade. É, pois, com um misto de estupefação e tristeza que assistimos à tomada de posição dos vereadores do partido socialista de Vila Nova de Cerveira que votaram contra a proposta da criação da empresa estatal das águas não apresentando, no entanto, nenhuma alternativa sólida ao caminho a ser seguido. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pasme-se que inclusive votaram contra uma solução proposta por órgãos tutelados e sob orientações do governo do Partido Socialista e aceite por autarquias socialistas tais como Caminha, Paredes de Coura e Viana do Castelo. Quero salientar aqui o Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água do XXI Governo que se encontra em funções, ao qual recomendo vivamente uma leitura a todos os interessados. Neste compromisso do atual governo socialista é assumido que deve haver uma agregação de sistemas municipais e constituição de entidades gestoras regionais. É defendido também no compromisso, para que fique claro, que deve haver um esforço de normalização das tarifas através da criação de um mecanismo de compensação tarifária sustentado no princípio do utilizador pagador e alinhado com o regulador, EM TORNO DE UM REFERENCIAL NACIONAL DE TARIFAS, previsto no PENSAAR2020! Assistimos, portanto, a um aparente paradoxo de haver um partido a nível local se posicionar contra o que é defendido pelo governo do seu partido a nível nacional. Mais: fá-lo utilizando argumentos que de forma simpática vou dizer que não correspondem à verdade. -----

Para não ser muito exaustivo vejamos alguns mais caricatos: -----

- Afirma publicamente que votou contra a privatização das águas e eu pergunto: mas qual privatização? Realizar uma parceria com o Estado Português é privatizar? É preciso mais clareza do que a que consta na cláusula 32ª do Contrato de Parceria onde claramente está prevista a caducidade do contrato caso a entidade deixe de integrar o sector empresarial do Estado? -----*
- Considera que por as Águas de Portugal deterem 51% o município perde autonomia. Ora esquece-se ou desconhece que esta proporção facilita a concessão de empréstimos já que as garantias são dadas pelo Estado e que esse endividamento não conta para o Município. Esquece-se também que no Contrato de Parceria está previsto um órgão paritário denominado Comissão de Parceria que supervisiona e fiscaliza a Entidade Gestora da Parceria. -----*
- Diz que a água vai aumentar em 2019, mas não diz que se não houvesse este aumento com a agregação teria de haver um muito maior já que o município teria de suportar a suas expensas e sem financiamento estatal ou comunitário todas as obras necessárias a menos que quisessem que o sistema das águas entrasse em colapso por falta de condições de serviço dos reservatórios e das redes. -----*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal o que aqui basicamente se encontra em discussão é a alternativa entre permanecermos orgulhosamente sós, com necessidades de investimento para as águas, sem conseguirmos aceder a fundos comunitários e tendo que forçosamente



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adequar as tarifas às despesas de acordo com as imposições legais vigentes ou partir para uma solução em que aderimos juntamente com outros municípios minhotos na criação de uma estrutura em parceria com o Estado Português para gestão das águas, com real capacidade de investimento e de acesso a fundos no atual quadro comunitário. Estamos perante um contrato no qual está prevista a exigência na qualidade das águas e a qualidade do serviço a prestar às populações. E finalmente é deixada a possibilidade dos municípios aplicarem tarifas sociais aos mais carenciados. Não nos podemos esquecer que o nosso sistema de águas é já bastante antigo e carece de intervenções de melhoramento e renovação. Face ao contexto legal e dado o real estado do nosso sistema de águas esta solução afigura-se como menos penalizadora para os munícipes a curto, médio e longo prazo do que se não integrássemos este contrato de parceria. Obrigado.” -

Manuel Esteves: Disse: “Exmº Sr. Presidente do município, após detida análise dos documentos relativos à ideia peregrina da pretensa constituição da empresa pública designada “Águas do Alto Minho” a cuja entidade será confiada a futura gestão da água e do saneamento básico, quem o tem, da área correspondente a uma maioria dos municípios do alto Minho e bem assim a gestão das infraestruturas necessárias e imprescindíveis à sua distribuição às populações dos mesmos, convém refletir sobre o seguinte: -----

1 – Esta tomada de posição pelo executivo municipal não é com toda a certeza a mais difícil antes pelo contrário é a mais fácil, pois com ela irá descartar-se de uma enorme responsabilidade que consiste na renovação e adaptação aos tempos modernos, de toda a rede de distribuição e abastecimento de água potável aos cidadãos residentes na área deste município. -----

2 – Convenhamos que deve ser realçado que quaisquer infraestruturas, deste ou outro setor, ao fim de muitos anos de utilização, degrada-se, logo terá forçosamente de ser substituída. Esta questão é tão ou mais pertinente se tivermos em linha de conta que a robustez dos materiais usados há muitos anos não possuíam a mesma qualidade, em termos de durabilidade, dos que atualmente existem, mas essa ação poderia e deveria ter sido salvaguardada há muito tempo, e pelos vistos não foi. -----

3 – Outra questão extremamente importante é o facto de servir de referência o preço da água praticado na cidade de Viana do Castelo, que como sabemos trata-se da capital do distrito, onde por norma os seus moradores possuem uma capacidade financeira superior comparativamente aos residentes noutras localidades, para fazer face aos elevados custos daquele bem essencial que é a água. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Luis', 'António', and 'Vilaf'.

4 – Atendendo às circunstâncias atrás referidas, cabe indagar e perguntar a V. EX^a senhor Presidente porque é que aquando da discussão dos termos desse acordo não foi considerado, ou tido em linha de conta o preço da água praticado no nosso concelho, antes do enorme aumento registado há algum tempo atrás, que era francamente muito mais vantajoso, em termos económicos. -----

5 – A nossa única e verdadeira preocupação reside no concreto facto de uma larga franja da população residente na área do nosso concelho encontrar-se na situação de reforma auferindo pensões muito próximas dos trezentos/quatrocentos euros mensais, e antevendo com elevada razoabilidade que um novo aumento muito significativo deste bem essencial que é a água, será levado a cabo, caso se concretize a constituição dessa nova entidade, o que originará certamente acrescidas dificuldades financeiras dos cidadãos, para promover essa obrigação. ---

6 – Por outro lado é bom salientar e despertar consciências que a qualidade da água controlada por essa entidade não será seguramente melhor do que aquela que atualmente é fornecida à população, reconhecendo, no entanto, que ela deveria ser melhor controlada nos mais variados parâmetros, por forma a alcançar o índice de excelente. -----

7 – Outra questão muito importante é a de que, por norma a constituição destas empresas é potenciadora de originar atos de clientelismo, compadrio e/ou situações de favorecimento pessoal, pelo que consideramos de todo esse eventual propósito como incompreensível e inqualificável. -----

8 – Por outro lado é referido que a constituição dessa entidade é irreversível, uma vez que se assim não for os municípios signatários desse acordo não terão acesso a projetos apoiados por fundos comunitários. Ora, entendemos que uma tomada de posição tão radical, até ditatorial ou prepotente por parte do Governo da República Portuguesa só pode ter como resposta a demonstração de um profundo descontentamento por parte dos autarcas visados que o deviam demonstrar inequivocamente, levando os responsáveis governamentais a alterar o seu nefasto propósito. -----

9 – Resulta de tudo o que já foi enunciado que a pesada fatura que o consumidor da água vai suportar não é compatível com as suas reais possibilidades económicas, já de si muito sobrecarregadas, pelo que achamos não ser justo que lhe seja imposta mais esta desnecessária medida. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

10 – *Perante o cenário presente, e apesar do discurso ser em sentido inverso, vemos com muita preocupação uma possível privatização da água, para além da manifesta falta de um claro e sério compromisso sobre o escrupuloso cumprimento dos preços constantes das normas entretanto apresentadas.* -----

Nestes termos e tendo em conta todas as questões já referidas, não observamos como prioritária a constituição da Empresa Pública das Águas do Alto Minho (EPAAM), pelo que o Partido Social Democrata (PSD), aqui por nós representado, em obediência aos princípios da seriedade, honestidade, equidade e transparência, no superior interesse dos cidadãos que em nós confiaram, votaremos contra a constituição da citada entidade. -----

Cláudio Coelho: Colocou três questões ao Sr. Presidente: Se a qualidade do abastecimento de água em Covas será garantida? Qual vai ser o diferencial de tarifário relativo a Covas, se haverá um aumento considerável dos preços, acha que os cerveirenses conseguirão suportar? Foi realizado algum estudo das vantagens e desvantagens? -----

Márcia Araújo: Disse: *“Foi-nos explicado que só seria possível recorrer a fundos comunitários se fizéssemos parte da empresa Água do Alto Minho. No entanto, o que se verifica em todo o país (cerca de 70% dos municípios) é que não pretendem realizar parcerias. Serão estes municípios prejudicados e não terão possibilidades de financiamento? Pode assegurar-nos de que não vão existir fundos de financiamento no próximo quadro comunitário para os municípios que não aderirem a esta empresa? Relativamente aos trabalhadores afetos aos serviços das águas: caso não queiram integrar esta empresa, o que lhes vai acontecer? Quais as funções que ficarão a desempenhar? Tem trabalho garantido na autarquia?* -----

Qual é ou qual será, Sr. Presidente, a percentagem de aumento do custo da água e saneamento no município? Em que é que se baseia para definir essa percentagem?” -----

André Araújo: Disse: *“Em resposta às intervenções efetuadas pelos deputados Paulo Fernandes e Cláudio Coelho da bancada do Partido Socialista no que respeita à freguesia de Covas, ----- Relativamente a Covas não é o Município a entidade gestora continua a ser a Junta de Freguesia. O Município que apenas iniciou o investimento na freguesia à mais ou menos 8 anos, a esta parte, não tendo até aí gasto um cêntimo nestas tipo de infraestruturas. ----- Iniciou-se a rede de saneamento e a nova rede de água, ainda com o executivo anterior, e que este executivo tem dado continuidade no avanço destes investimentos, tão necessários, apesar*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

dos contratempos que surgem no percurso com o chumbo de uma candidatura realizada com o objetivo de financiar todos os investimentos que ainda é necessário efetuar. -----

Aqui o Sr. Presidente da Câmara esclarecerá bem melhor do que eu com toda a certeza. -----

Existe um protocolo, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia que já foi mencionado pelo Sr. Presidente na apresentação deste ponto, e que também foi aprovado nesta Assembleia, para a transferência da gestão destes serviços para o Município, logo após a realização de uma empreitada para a substituição de todos os contadores e do necessário prosseguimento dos investimentos para garantir um serviço de melhor qualidade e maior segurança. -----

Relativamente ao contrato de parceria: O Grupo Águas de Portugal S.A. (AdP), onde se irá incluir a criação das Águas do Alto Minho, atualmente detido por capitais públicos, tem como objetivo produzir e fornecer água em todo o território nacional. Atua em todas as fases do ciclo urbano da água (captação, tratamento e distribuição para consumo público), bem como na recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais. -----

Parece-me de relevante significado o facto da experiência e de todo o know-how que o grupo tem para a prestação destes serviços garantindo com toda a certeza uma melhor qualidade e uma maior segurança, para todos os consumidores, tendo em conta que; -----

A água é um recurso básico e essencial não só para as populações, como para todos os seres. A restrição direta ou indireta ao seu acesso, a sua falta de qualidade ou o seu ineficiente tratamento e recuperação afetam de forma trágica o ambiente e os seres que nele habitam. -----

Por isto, o que mais me preocupa na natureza da atividade das AdP, que é legítimo afirmar, qualquer confusão ou alteração de política na sua gestão poderá condicionar, comprometer ou limitar o acesso da população a água de qualidade, a exemplo do que temos assistido nos últimos anos com a EDP, REN, TAP...etc -----

Entregar um recurso estratégico como este a entidades, que eventualmente, deixem de ser controladas pelo Estado é de um perigo enorme, podendo colocar em causa a saúde e segurança das populações. -----

É neste contexto que chamo a atenção para a eventual privatização deste grupo AdP, que me parece estar bem salvaguardado neste acordo, e também já foi bem esclarecido pelo deputado Manuel Ramalho na sua intervenção. -----

Deixo 2 questões ao Sr. presidente: -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.º Se o município, por hipótese, um novo executivo, com pensamentos diferentes, chegar e quiser rescindir/romper com o acordo o que acontece ao Município, quais as indemnizações devidas? -- Desde há alguns anos que as AdP apresentam resultados muito positivos, que pese embora a cobrança das tarifas, também deverá ser subsidiado pelo orçamento estatal, juntando a celebração de acordos de tipo um pouco por todo o país, garantindo assim, infraestruturas cedidas pelos municípios. Apoios estes por parte do Estado ou das autarquias que é tanto mais lógico quanto se considera que um bem básico como a água deve estar acessível, logística e financeiramente, a todas as pessoas. -----

2.º Relativamente ao relacionamento de proximidade com os consumidores para a comunicação de fugas/roturas, pagamentos, novos pedidos de ligação, alterações contratuais, requerimentos de tarifas sociais se será feito no município ou nas Águas do Alto Minho e de que forma?" -----

Carla Segadães: Foi dito que a bancada do PS não analisou a documentação, considero que o deputado Paulo Fernandes foi claro com a apresentação de contas e alternativas. Quando o Sr. Presidente diz que o ERSAR estima uma média de 7m3 por famílias, considera 2,7 elementos. Também foi dito que corresponde a 3m3 por pessoa e que esta é uma regulamentação do Governo que é socialista. Identificamo-nos com muita coisa deste Governo, mas temos ideias próprias, somos eleitos pela democracia, por Cerveira e pelos cerveirenses e não por Caminha. Sendo de Vila Nova de Cerveira, não somos de Viana do Castelo e não temos um só vaso na varanda, todos temos um quadrado de quintal. Não estamos a fazer uma campanha contra, mas estamos a falar com a população, a informar e a ser informados. Relativamente a Covas sabemos que há um acordo, mas porque é que as freguesias chamadas do interior não puderam trabalhar no sentido de ter um acordo para elas? E para pagar indemnizações, teremos dinheiro? O PS sempre falou de gestão e não de privatização, mas receio que um dia estaremos a beber água chinesa como consumimos luz. -----

Mário Luís Afonso: Este é um assunto muito delicado e nas intervenções que tiveram até ao momento, a questão do tarifário é a maior. O que preocupa é a água ficar mais cara. Estou confrontado com estudo do PS, ouvi o Dr. Narciso, técnico das Águas de Portugal, com quadros e números. O Presidente da Câmara apresentou outros, andamos numa guerra de números. Aqui temos de ser verdadeiros, não podemos andar no jogo do puxa para cá e puxa para lá. Peço encarecidamente de uma vez por todas Sr. Presidente que esclareça esta questão dos tarifários.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Perachado
Luis
Velp

Outra questão é que a Câmara Municipal isoladamente não possa aceder aos fundos comunitários. Se o Presidente da Câmara tem alguma indicação nesse sentido. E por último três questões que me obrigam a votar favoravelmente: o gesto solidário subjacente à criação desta parceria; pelo que tenho lido as três câmaras que não aderiram também têm de atualizar o tarifário. Esta questão dos 30 anos é um casamento muito longo, mas o ERSAR vai obrigar a ter qualidade e os tarifários harmonizados. -----

Presidente da Câmara: Sr. deputado Paulo Fernandes, eu dir-lhe-ia que há aqui algumas confusões que poderão ser naturais. A concessão é por 30 anos, mas está claro e inequivocamente previsto que, ao fim de 10 anos, qualquer autarquia poderá sair sem qualquer penalização, tendo que ressarcir a entidade dos benefícios até então tidos, ou seja, a parte correspondente ao investimento das Águas do Alto Minho. -----

Estamos a fazer investimentos que levam a contas pouco sustentáveis, mas que não são reais. Os 500 e tal mil euros por 5 anos é o investimento enquadrado no contrato de parceria. Todos os municípios tinham investimento superior. A tarifa média inicialmente apontada era de 26 euros para 10 m³. Depois de muita negociação a tarifa que nos está apontada com alguma garantia é de cerca 22/23 euros para 10 m³, sendo uma tarifa para 5 anos, salvaguardando eventuais acertos de inflação. Com a expectativa das condições atuais, essa parceria com a empresa apontava para que se pudessem manter os preços atualmente praticados no município de Viana do Castelo. ----
Tenho de acreditar no Sr. Secretário de Estado e no Sr. Ministro, que nos transmitiram que temos dois milhões de euros garantidos a cada município. O que nos disseram é que a longo prazo teremos um investimento de cerca de mais dois milhões de euros por município e a hipótese de mais uma linha específica de um milhão. -----

Os dois milhões são dado adquirido. Os outros dois também porque acredito na palavra que me deram. É muito importante para Vila Nova de Cerveira o investimento, mas é muito mais importante termos duas entidades que façam a gestão e apliquem bem este conceito do PENSAAR 2020. O Município de Vila Nova de Cerveira tem uma cota de 2,5% no total da parceria. Se fossemos a distribuir equitativamente aquele investimento receberíamos não cerca de 500 e tal mil euros, mas 400 e tal. Somos o segundo concelho com menos investimento porque também somos o segundo com menos capital e representação. Há um aumento significativo, passaremos dos tais 16 euros por 10 m³ para os cerca de 22/23€ por 10m³. Esses estudos são credíveis, quem sou eu para não acreditar em quem nos assessoria. Temos de acreditar na bondade e na fiabilidade desses



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9.
Lerados
Mish
unp

estudos. Covas, ao longo das décadas nenhum executivo municipal teve coragem para assumir a gestão de água por questões políticas, ponto final. Fizemos um acordo, muito negociado e muito trabalhado, que foi à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, com determinada proposta, para garantir a qualidade, quantidade e a fiabilidade da água a distribuir. Esta gestão vai passar para a Câmara Municipal e há uma só tabela municipal de taxas e tarifas no território. Conhecem outra tabela de taxas e tarifas? Quando se operar a transição, a tabela de taxas e tarifas é única no concelho. -----

Sr. Ramalho, sustentou muito bem a sua intervenção. Já disse que não estamos a dizer que não há riscos, que tem especificidades, mas avaliamos tudo. -----

Sr. Manuel Esteves, Sapardos é umas das freguesias mais beneficiadas. Um dos grandes objetivos da adesão a este sistema é dotar as freguesias do concelho com boa qualidade de água e uma das principais freguesias beneficiadas é Sapardos. Logo na primeira candidatura a fazer é nossa intenção construir um reservatório de distribuição em Sapardos que garanta o abastecimento também a Gondar e a Candemil com água vinda da ETA de Paredes de Coura, que sustentará água para aquelas freguesias e eventualmente para Covas e para Cornes que têm uma zona alta com dificuldades, assim como, eventualmente, e não olhando só para nós mas também para o vizinho concelho de Valença, a duas das suas freguesias. Também não nos podemos esquecer da freguesia de Sopo. -----

Não estou a dizer mal da parceria de 2000. Foi benéfica para o Município de Vila Nova de Cerveira, mas houve aqui um problema de cota que nos limita no abastecimento a várias freguesias. -----

Com esta alteração de tarifário, teremos o tarifário que entendermos ser socialmente justo. A política do tarifário é dos Municípios. Ninguém nos impede de atuar nesta matéria. Além do tarifário social, temos também o tarifário para as famílias numerosas a partir dos quatro elementos, que baixa significativamente o preço da água. -----

Relativamente à propalada privatização está claro e já foi dito, não vale a pena falar mais disso, é um disparate. -----

Sr. Cláudio Coelho, já respondi à questão das águas de Covas, aos estudos e já dei respostas subjacentes à sua intervenção relativamente aos trabalhadores. Fomos o primeiro município dos 10 a fazer uma reunião com os trabalhadores para lhes dar conhecimento do que estava a ser discutido. Quem quiser ir para as águas vai, ainda não estão completamente fixadas as condições, e de todos os que estiveram presentes, apenas um manifestou a intenção de ponderar essa



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

hipótese. Mas ficam, e muito bem, em Vila Nova de Cerveira, integrados no quadro municipal ao qual pertencem, sem desvirtuar as suas atuais funções, e são bem precisos. Relativamente às tarifas, é a indicada antes, mas teremos a política social adequada e que entendamos oportuna. Os regulamentos e a tarifa global base, serão transversais a todos os municípios. -----

O Sr. Secretário de Estado diz que a intenção é que haja uma aproximação o mais rápido possível em todos os municípios do norte a sul do país. Quando dizem que sendo verdade, não o é na totalidade. -----

Neste contrato está fechado, em termos absolutos, na página 35 - 37 do contrato, está clarinho como a água. Este setor não é possível de privatização. Há uma dupla garantia nacional e comunitária. -----

Presidente da Assembleia Municipal: Prestados todos os esclarecimentos, vamos então proceder à leitura da proposta de deliberação, que será esta que nos vai vincular, se assim a AM o entender na votação. Peço à Sra. secretária Margarida Barbosa, para proceder à leitura de um documento exaustivo: -----

----- Proposta de deliberação -----

“Tendo em conta que os artigos 117.º, n.º 1 e 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecem que o Estado e as autarquias locais articulam entre si a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências, tendo como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis. -----

Para o efeito, o Estado e as autarquias locais podem estabelecer entre si, sem prejuízo das suas competências próprias, formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, designadamente no domínio da prestação de serviços essenciais, como o abastecimento de água para consumo humano e o saneamento de águas residuais urbanas. -----

Considerando a necessidade de implementação do PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, aprovado pelo Despacho n.º 4385/2015, de 22 de abril de 2014, do Secretário de Estado do Ambiente, publicado no Diário da República n.º 84, 2.ª Série, de 30 de abril, que partindo da necessidade de reforço da sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras de sistemas municipais de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas preconiza que a “reestruturação organizacional do setor (...), nomeadamente dos serviços «em



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

baixa» deve começar ou continuar num contexto de consenso e compromisso político alargados entre os titulares das EG, utilizando as soluções organizacionais disponíveis e já utilizadas com sucesso no âmbito do quadro legal vigente". -----

Atendendo ao regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril de 2009, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. -----

Considerando que decorre do PENSAAR 2020, bem como do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, a promoção da integração territorial mais adequada dos sistemas municipais, sem prejuízo do respeito da autonomia local, no sentido da maximização das economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama. -----

Atendendo a que a integração do ciclo urbano da água e a sua articulação com as estratégias de desenvolvimento e gestão territoriais, bem como a iniciativa "Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água", propugnam que seja valorizado o acesso ao financiamento comunitário a projetos que evidenciem o reforço das capacidades de realização dos investimentos e de exploração dos sistemas com eficiência, em linha com o preconizado no PENSAAR 2020. -----

Considerando que os municípios que compõem a região do Alto Minho desenvolveram nos últimos anos relevantes iniciativas relacionadas com a necessidade de resolução eficaz dos problemas de infraestruturação e gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, em particular na sequência da reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima (CIM Alto Minho) de 7 de abril de 2010, que ponderando designadamente as especificidades do território, as responsabilidades com o sistema multimunicipal e aos desafios impostos por uma regulação cada vez mais exigente deliberou iniciar os procedimentos conducentes à identificação de soluções mais eficientes para os serviços de águas. -----

Dado que a celebração de uma Parceria, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, representará para as populações dos concelhos abrangidos uma melhoria da qualidade de vida decorrente da realização de investimentos relevantes, que se traduzem no incremento da



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

universalidade, da continuidade e da qualidade do serviço, com os consequentes benefícios em termos de saúde pública e de proteção do ambiente. -----

Atendendo a que a exploração e a gestão dos serviços de águas podem ser efetuadas através de entidade do setor empresarial do Estado em que participem municípios ou associações de municípios, conforme previsão da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril. -----

Considerando, por outro lado, na atual conjuntura económico-financeira que a instituição da Parceria se traduzirá numa racionalização e contenção de custos com os serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, uma vez que a gestão integrada dos mesmos oferece vantagens indiscutíveis no plano comparativo com outros modelos de gestão previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, fruto das economias de escala e gama e da adoção consistente de boas práticas de gestão. -----

Atendendo a que a Parceria prevê um conjunto de investimentos reputados necessários, bem como a candidatura concertada a fundos comunitários numa perspetiva de coesão regional. -----

Considerando que a solução indicada preserva a gestão pública do serviço e a titularidade dos sistemas municipais e dos respetivos bens e infraestruturas que permanecem na propriedade dos municípios, sendo afetos temporariamente para gestão do sistema integrado e não tendo a entidade gestora mais do que a posse dos bens. -----

Tendo em conta que através do modelo de gestão proposto os municípios não perdem a capacidade de intervenção, dado que as decisões principais, como sejam a aprovação das tarifas e suas atualizações, dos planos de atividade e dos investimentos são aprovadas por uma Comissão de Parceria, na qual se encontram representados paritariamente os municípios e o Estado. -----

Atendendo a que em matéria de relações laborais, o modelo em análise não prevê a integração obrigatória dos trabalhadores autárquicos em funções nas áreas do abastecimento e saneamento, mas um processo que privilegia a vontade dos trabalhadores, em celebrar um contrato de cedência em funções públicas ou um contrato de trabalho com a empresa a constituir, em termos a concertar com as organizações representativas dos trabalhadores. -----

Uma vez que a livre escolha de uma parceria no que respeita aos serviços públicos em questão pressupõe cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados, de forma



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- Top: A circular stamp with a signature inside.
- Middle: A signature that appears to be "Cunha".
- Bottom: Initials "VLP".

económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. -----

Considerando que se encontra acautelado que se a entidade gestora deixar de integrar o sector empresarial do Estado, nos termos dos modelos contratuais instituídos e do quadro legal comunitário aplicável, ocorre a caducidade automática dos contratos a outorgar entre os municípios e o Estado. -----

Em face do exposto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira], por deliberação de 18-06-2018, submeteu à aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que delibera:

1) Aprovar a constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, mediante a celebração dos seguintes contratos: -----

a) Contrato de Parceria Pública e seus anexos, por intermédio do qual os municípios decidem agregar os respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas do Alto Minho, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de Vila Nova de Cerveira, previstos no plano de investimentos, nos termos descritos no ANEXO II do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

b) Contrato de Gestão e seus anexos, que visam estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos descritos no ANEXO V do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

2) Designar o Presidente da Câmara para representação do município de Vila Nova de Cerveira na outorga dos contratos supra referidos; -----

3) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a subscrição pelo município de Vila Nova de Cerveira de **17 967,00€ [dezassete mil, novecentos e sessenta e sete euros]** ações da categoria A, representativas de **89 935,00 € (oitenta e nove mil,**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novecentos e trinta e cinco euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., entidade gestora do Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos dos estatutos que constituem o ANEXO VI do dossier apenso à presente deliberação e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do ANEXO IV do dossier apenso à presente deliberação, que dela fazem parte integrante; -----

4) Aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos descritos no ANEXO VIII do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

5) Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações.” -----

Paulo Fernandes: Disse: “Sr. Presidente noto que confirmou que a água iria aumentar na ordem dos 40%, disse que nos nivelaríamos por Viana do Castelo, pois em Viana do Castelo atualmente uma fatura de 11m³ são 31Euros e uma de 17m³ são 47 Euros. -----

Saliento que O PS apresentou alternativas! Estas alternativas, no nosso entendimento são viáveis e seriam a forma de evitar a necessidade de entrar nesta parceria. -----

Sr Presidente face a tudo o que foi hoje aqui dito sobre esta parceria ficamos com uma convicção, há muitas dúvidas, há muito risco, há um compromisso para 30 anos, mas há alternativas que tem de ser avaliadas. -----

Srs Deputados, atendendo que a água é um bem essencial, atendendo à importância da matéria que hoje discutimos, atendendo que em caso de dúvida deve ser ouvida a vontade do Povo, propomos a esta Assembleia que seja aceite a realização de um Referendo Local. -----

Passo a entregar o requerimento para esse efeito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.” --

Manuel Ramalho: Relativamente às alternativas, a alternativa que fazem aos aumentos dos contadores tem de ser feita de acordo com os que existem. Mas digo mais, fazem essa alternativa com base nos 500 e tal mil euros. Estamos a falar de quatro milhões de euros, mas também temos de contar com o que se perde e o que está vincado na parceria e que receberemos uma



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

compensação. Portanto, estamos a falar de quatro milhões, mais 500 mil euros, mais o que se perderia. O que estamos a discutir é a melhor alternativa possível empurrados pela nova legislação imposta pelo governo socialista. Este executivo municipal está a ter a coragem de enveredar pela opção nada popular. A legislação comunitária leva-nos para esse caminho, o atual governo também, reforçando o encaminhamento para uma tarifa única a nível nacional. -----

Presidente da Câmara: Relativamente a Sapardos, uma das aspirações é o saneamento e já falamos sobre isso. A médio prazo não irá ter saneamento instalado. Os sistemas de rejeição de águas residuais urbanas, dito saneamento, nos pequenos agregados isolados, o modelo a apostar é nas chamadas fossas sépticas para fazer uma recolha coletiva dos efluentes. E esta nova empresa aponta nesse caminho. -----

Depois, dizer que Vila Nova de Cerveira não é um oásis, pois estamos integrados no conjunto dos outros municípios. As agregações começaram há bastantes anos no Alentejo, curiosamente em municípios de PS, alguns do PCP e outros do PSD. A grande maioria dos municípios estão agora a recorrer a este instrumento e percebe-se o porquê. Se não caminharmos nesse sentido, poderemos ficar num oásis negativo. Relativamente à proposta do PS não há aqui nada ilegal ou antidemocrático, mas é claramente uma réplica de um assunto que foi debatido em caminha pelo PSD. O PS de Vila Nova de Cerveira iguala-se ao PSD de Caminha. -----

Em termos de timing não cabem os vários meses necessários à realização de um referendo municipal. Sublinho que esta é uma competência dos órgãos autárquicos democraticamente eleitos. Não sendo ilegal, seria a primeira vez que aconteceria. E esta decisão, de adesão ou não à parceria, urge tomá-la antes de outubro pois temos até essa data uma candidatura de 2 milhões de euros de FEDER para submeter ao POSEUR, condicionada por esta decisão. Até meados de outubro ou estamos ou não estamos. -----

Presidente da Assembleia – Propôs a admissão da proposta do PS ao referendo local, que foi rejeitada com a seguinte votação: 16 votos contra (António Machado, Cristina Martins, Margarida Barbosa, Manuel Ramalho, César Marques, Mara Araújo, Mateus Pires, Mário Afonso, Vítor Alves, Constantino Costa, Conceição Sousa, Ana Montenegro, Elvis Graça, João Cunha, José Miguel Pereira e Lisa Guerreiro), 2 abstenções (Pedro André Araújo e Luís Araújo), e 8 votos a favor. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Carla Segadães: A bancada do PS lamenta que a proposta apresentada não tenha sido lida na íntegra, nem todos tiveram total conhecimento dos fundamentos apresentados. Queremos que isso fique registado em ata. -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia, submeteu à votação a aprovação da Constituição da Empresa “Águas do Alto Minho” com o Município de Vila Nova de Cerveira, nos termos da deliberação lida, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor, 3 (três) abstenções dos deputados Cristina Martins, Mara Araújo e André Araújo e 8 (oito) votos contra dos deputados, Carla Segadães, Paulo Fernandes, Cláudio Coelho, Márcia Araújo, Ana Fernandes, José Cunha, Fernando Marinho e Manuel Esteves.

Por fim o deputado André Araújo apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Atendendo a que a freguesia de Covas não se encontra abrangida pelo contrato a celebrar entre o Município e a Águas do Alto Minho, SA; -----

Atendendo a que existe um protocolo entre o Município de Vila Nova de Cerveira e a Junta de Freguesia de Covas referente à transferência de gestão das águas da rede pública celebrado em 22/12/2014, e que em seu artigo 8º o mesmo tem a validade de 10 anos e não poderá ser substabelecido pela Camara Municipal a terceiros de natureza pública ou privada; -----

Atendendo a que a Junta de Freguesia faz parte, apenas, por inerência da Assembleia Municipal, não sendo membro diretamente eleito para a mesma, a nossa posição não pode ser outra senão a abstenção.” -----

PONTO DOIS da ordem de trabalhos “Proposta para contratação de empréstimo para despesas de investimento, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na sua atual redação”. -----

Presidente da Câmara - Vou falar na globalidade dos 4 pontos que se seguem e se depois quiserem tratamos especificamente cada um deles. Mas, previamente, queria referir-me ainda ao ponto anterior, para agradecer à AM a forma coordenada, mas apaixonada e civilizada como se realizaram estes trabalhos. Não me surpreendi com as tomadas de posição na generalidade, mas tenho de deixar aqui sublinhado o que me chamou à atenção. A posição de dois senhores Presidentes de Junta de Freguesia das que vão ser as mais beneficiadas pela agregação, era suposto ser no mínimo de abstenção e não a de voto contra. -----

Voltando aos pontos da ordem de trabalhos em discussão, direi que estamos na presença de empréstimo em três modalidades. Uma para empréstimo de obras não comparticipadas aqui



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especificamente plasmadas, e nomeadamente em Covas e na renovação no parque do Castelinho que tem cerca de 10 anos, mas que parece ter muitos mais. Teve equipamentos de qualidade, mas pela sua elevada utilização em menos de dez anos degradaram-se. Não havia nenhuma linha de financiamento para a sua recuperação/requalificação. Apareceu, após esta proposta, um eventual apoio para a beneficiação de equipamentos municipais até ao montante de 300 mil euros. Já gastamos 300 mil euros, mas só para os jogos de água temos de investir mais cerca de 200 mil. Esta linha de financiamento exclui algumas tipologias de investimento e exclui o IVA. No investimento de 300 mil euros, o montante máximo a beneficiar é de 180 mil euros. -----

A outra vertente desta modalidade de empréstimo é para investimentos financiados com candidaturas aprovadas ou em aprovação, em que a Câmara Municipal necessita de pelo menos 15% mais a totalidade do IVA. Este conjunto é para obras específicas e concretas definidas na proposta. -----

O outro pedido de empréstimo é uma renegociação da dívida. Temos dívidas a bancos com diversos prazos e tipologias, ouvimos especialistas e este será o momento exato para a renegociação porque os juros estão nos níveis mínimos e, eventualmente, no ponto de inflexão. - Em 2010 o Município de Vila Nova de Cerveira recorreu a empréstimos de cerca de 9 milhões de euros. Nós aqui estamos a pedir um empréstimo de 1 milhão e 100 mil euros, porque queremos fazer estas obras, manteremos a saúde das finanças municipais, não atingiremos 50% da capacidade de endividamento e não aumentaremos o esforço financeiro do município. -----

Temos um outro que é um pedido de empréstimo de 50 mil euros para limpezas florestais. Não é para limpezas que são obrigação do município ou de entidades estatais, é tão só para responder a eventuais situações complicadas de privados que não limpem os terrenos. Por isso esperamos não usar esta verba. Ficam claras duas coisas, não atingimos metade da capacidade de endividamento do município, não aumentaremos o esforço financeiro e poderemos dar cumprimento às candidaturas que fizemos e que, entretanto, foram aprovadas. -----

Carla Segadães - Um apontamento também ao anterior ponto de referir que temos 6 mil contadores de água e referir que maioritariamente da bancada do PS tem essa informação. O deputado Cláudio Coelho não recebeu documentação referente aos empréstimos. Dizer também que a bancada não é do contra por ser do contra. Foi reiterado nesta sala pelo PCM que não se iria recorrer a empréstimos. Senhor presidente a bancada do PS não se revê nessa estratégia, por isso vota contra e esta declaração de voto serve para os pontos específicos 2,3 e 6. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia - Deixo um pedido público de desculpa pela não chegada da totalidade da documentação ao deputado Cláudio Coelho. Vamos analisar o que aconteceu, pois foi enviado em formato de papel e temos comprovativos de envio do CTT para confirmar. Caso aconteçam situações idênticas agradeço que me informem antes de iniciar a sessão, de forma a que possa disponibilizar a documentação fotocopiada ou ceder a minha. -----

Presidente da Câmara - É evidente que nós sabemos quantos contadores há. Mas essa conta não viabiliza o que se disse anteriormente. -----

Relativamente aos empréstimos, a Senhora deputada Carla Segadães está a fazer confusão com o programa eleitoral 2013-2017. Neste mandato não houve nenhuma referência a empréstimos, a nossa estratégia foi no primeiro mandato descer o nível de endividamento a bancos para um nível sustentável. Fizemos uma redução média de cerca de 450 mil euros por ano durante 5 anos na dívida a longo prazo (empréstimos bancários), o que é uma redução simpática. Viemos para um nível de endividamento na casa dos 4 milhões de euros, reduzimos a dívida a curto prazo (empreiteiros e fornecedores). Além dessa redução queremos chegar ao final deste mandato a não dever mais do que devíamos no início do mesmo. Temos de pensar de uma forma sustentável, temos objetivos claros e opções de gestão financeira e de timings. É esta a nossa convicção devidamente sustentada e documentada, e o que queremos cumprir. É evidente que no primeiro mandato era uma opção nossa porque apesar da Câmara Municipal conseguir amortizar a dívida era um esforço sustentado, mas sofrido. 4 milhões de euros acho que é mais sustentável. Fala de linhas de financiamento onde estão essas fontes a que poderíamos ter recorrido? Fizemos dezenas de candidaturas e gostava de saber em concreto do que fala, pois queremos saber mais já que estamos todos os dias a aprender. -----

Presidente da Assembleia submeteu a “Proposta para contratação de empréstimo para despesas de investimento, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na sua atual redação”, votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com 20 (vinte) votos a favor e 6 (seis) votos contra da bancada do PS (Sras./Srs. Carla Segadães, Paulo Fernandes, Cláudio Coelho, Márcia Araújo, Ana Fernandes e José Cunha). -----

PONTO TRÊS da ordem de trabalhos “**Proposta para contratação de empréstimos de médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas, nos termos dos artigos 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI, na sua atual redação**”

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Presidente da Assembleia submeteu a proposta à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com 20 (vinte) votos a favor, e 6 (seis) votos contra da bancada do PS (Sras./Srs. Carla Segadães, Paulo Fernandes, Cláudio Coelho, Márcia Araújo, Ana Fernandes e José Cunha). -----

PONTO QUATRO da ordem de trabalhos “**Proposta para renegociação da dívida financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente do empréstimo n.º 9015.006702.9.91 – obras cofinanciadas inscritas no plano plurianual de investimentos de 2010, de forma a obter condições economicamente mais vantajosas para o Município de Vila Nova de Cerveira, artigo 101.º da lei 114/2017, de 29.12 (Lei do orçamento do estado para 2018)**” ---

Paulo Fernandes - Valorizamos estas medidas nomeadamente a redução da dívida e apoiamos as medidas que consideramos positivas por isso votaremos favoravelmente. -----

Presidente da Assembleia submeteu a proposta à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

PONTO CINCO da ordem de trabalhos “**Proposta para contratação de financiamento para gestão de combustível pelo Município de Vila Nova de Cerveira nas redes secundárias em substituição dos proprietários e produtores florestais, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril**” -----

Presidente da Assembleia submeteu a proposta à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 20 (vinte) votos a favor e 6 (seis) abstenções da bancada do PS (Sras./Srs. Carla Segadães, Paulo Fernandes, Cláudio Coelho, Márcia Araújo, Ana Fernandes e José Cunha). -----

PONTO SEIS da ordem de trabalhos “**1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018**” -----

Presidente da Câmara - Este é um ponto muito simples de explicar. É uma revisão obrigatória para acomodar as candidaturas que não estavam previstas nos documentos provisionais – orçamento e GOPs para 2018 e que foram, entretanto, aprovadas e, por outro lado, com esta revisão acomodar nas respetivas rubricas os valores financeiros dos empréstimos que a AM acabou de aprovar. Não há aqui inovação ou inclusão de novos investimentos para outros tipos de obras além das que foram referidas nos pontos anteriores. -----

Presidente da Assembleia submeteu a “**1.º Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018**” à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com 20 (vinte) votos a favor, e 6 (seis) votos contra da bancada do PS (Sras./Srs. Carla Segadães, Paulo Fernandes, Cláudio Coelho, Márcia Araújo, Ana Fernandes e José Cunha). -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do Presidente da Mesa, foi esta Ata, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

Presidente da Câmara - Agradeceu a todos a forma cordial como decorreu esta Assembleia Municipal, apesar de termos pontos antagónicos nalguns assuntos, não há inimigos. É salutar que hajam pontos de vista divergentes que só enriquecem a democracia. -----

Presidente da Assembleia - Salientou que tivemos uma lição de cidadania. Uma Assembleia Municipal com muita postura e cordialidade. Foi a Sessão deste mandato que teve os assuntos mais quentes e cuja postura dos membros e do público foi consentânea com a dignidade deste órgão. -----

E nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada pelas 00h30 horas do dia 10 de julho. --

E eu, Helena Paula Barroso Martins, Assistente Técnica nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(António Duarte Cunha Machado)

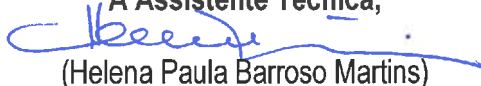
A 1ª Secretária,


(Cristina Sofia Martins)

A 2ª Secretária,


(Maria Margarida da Rocha Barbosa)

A Assistente Técnica,


(Helena Paula Barroso Martins)



ANEXO 1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

... MANDATO 2017/2021 ...

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 9/07/2018

Nº Int.	NOME	Presença	Falta	
PenCe				
719	ANTÓNIO DUARTE CUNHA MACHADO - PRESIDENTE	✓		
720	MANUEL JOSÉ ROMEU GALAMBA RAMALHO	✓		
721	MARIA MARGARIDA DA ROCHA BARBOSA - SECRETÁRIA	✓		
686	MÁRIO LUÍS FERNANDES AFONSO	✓		
691	CRISTINA SOFIA MARTINS – 2ª SECRETÁRIA	✓		
722	MATEUS ARAÚJO PIRES	✓		
723	MARA DISA CAMPELO REBELO DE ARAÚJO	✓		
668	VICTOR MANUEL DA SILVA ALVES	✓		
	CÉSAR MANUEL R. ESTEVES MARQUES (Subst. Ana Santos)	✓		
PARTIDO SOCIALISTA – PS				
684	CARLA ISABEL MARTINS SEGADÃES	✓		
724	PAULO ALEXANDRE DE SOUSA FERNANDES	✓		
	CLÁUDIO MIGUEL RODRIGUES COELHO	✓		
	MÁRCIA DANIEL PEREIRA ARAUJO	✓		
	ANA PAULA C. FERNANDES (Subst. João Araújo)	✓		
	JOSÉ MANUEL TORRES CUNHA (Subst. Fernando Venade)	✓		
REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA				
FREGUESIA		(Substituição)	Presença	Falta
683	CAMPOS E VILA MEÃ	Elvis G. Costa	✓	
682	CANDEMIL E GONDAR		✓	
726	CORNES	JOÃO BAPTISTA CUNHA	✓	
562	COVAS	Pedro André Araújo	✓	
321	GONDARÉM		✓	
679	LOIVO		✓	
727	MENTRESTIDO		✓	
678	REBOREDA E NOGUEIRA		✓	
677	SAPARDOS		✓	
728	SOPO		✓	
675	V.N. CERVEIRA E LOVELHE		✓	

Senhas entregues nas R.H. e em 17.07.2018

[Assinatura]

De: CMVNC Presidente Assembleia
Enviado: segunda-feira, 9 de julho de 2018 14:23
Para: CMVNC Assembleia Municipal
Assunto: Impossibilidade de presença na Reunião Extraordinária

Obter o [Outlook para Android](#)

From: Ana Silva <ana.silva@valorminho.pt>
Sent: Thursday, July 5, 2018 10:05:01 AM
To: CMVNC Presidente Assembleia
Subject: Impossibilidade de presença na Reunião Extraordinária

Exmo. Senhor:

Venho por este meio informar que por motivos pessoais, não poderei estar presente na reunião de assembleia extraordinária (09-07-2018).

Com os melhores cumprimentos

Ana Silva
ana.silva@valorminho.pt
Div. Valorização de Resíduos

(+351) 251 839 700

Aterro Sanitário do Vale do Minho
Rua das Covas do Arraial, 352
S. Pedro da Torre
4830-514 Valença
PORTUGAL

www.valorminho.pt



De: geral.joaoaraujolda geral.joaoaraujolda <geral.joaoaraujolda@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 4 de julho de 2018 15:06
Para: CMVNC Assembleia Municipal
Assunto: Re: Convocatória Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal - 9 de julho

Boa tarde.

Por motivos de ordem profissional, não poderei estar presente na próxima Assembleia Municipal, razão pela qual solicito ao Sr. Presidente a minha substituição.

Att

João Manuel de Sousa Araujo

No dia 3 de julho de 2018 às 16:41, CMVNC Assembleia Municipal <assembleia.municipal@cm-vncerveira.pt> escreveu:

António Duarte Cunha Machado, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, ao abrigo do estabelecido no n.º 1 do art.º 28º e na alínea b) do n.º 1 do art.º 30º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, convoca V. Ex.ª para uma Sessão Extraordinária a realizar no **dia 9 de Julho (segunda-feira), pelas 21h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho**, com a seguinte **ordem de trabalhos**:

1. Constituição da Empresa "Águas do Alto Minho; (o documento já tinha sido remetido via e-mail).
2. Proposta para contratação de empréstimo para despesas de investimento, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro Das Autarquias Locais), na sua atual redação;
3. Proposta para contratação de empréstimos de médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas, nos termos dos artigos 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI), na sua atual redação;
4. Proposta para renegociação da dívida financeira do município de Vila Nova De Cerveira, nomeadamente do empréstimo n.º 9015.006702.9.91 – obras cofinanciadas inscritas no plano plurianual de investimentos de 2010, de forme a obter condições economicamente mais vantajosas para o município de Vila Nova De Cerveira, artigo 101.º da lei 114/2017, de 29.12 (Lei do orçamento do estado para 2018);
5. Proposta para contratação de financiamento para gestão de combustível pelo município de Vila Nova De Cerveira nas redes secundárias em substituição dos proprietários e produtores florestais, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril;
6. 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(António Duarte Cunha Machado)

OBS: Os documentos referentes aos pontos 2. a 6. da O:T. foram remetidos juntamente com a convocatória, que seguiu hoje mesmo por correio normal.

De: Fernando Venade <fvenade@sapo.pt>
Enviado: sábado, 7 de julho de 2018 15:07
Para: CMVNC Assembleia Municipal; 'António Machado'; 'Carla Segadães'; 'Cláudio Coelho'; 'Cristina Martins'; 'João Araújo'; 'Manuel Ramalho'; 'Mara Araújo'; 'Márcia Araújo'; 'Margarida Barbosa'; 'Mário Afonso'; 'Mateus Pires'; 'Paulo Fernandes'; 'Victor Alves'; 'Bessa Marinho'; 'Ana Montenegro'; 'Constantino Costa'; 'João Rocha'; 'Joaquim Hilário'; 'Lisa Pereira'; 'Luís Araújo'; 'M Conceição Sousa'; 'Manuel Esteves'; 'Miguel Pereira'; 'RuiEsteves'
Cc: CMVNC Presidente Assembleia
Assunto: Pedido de Substituição - Convocatória Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal - 9 de julho

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Venho por este meio informar V. Exa, que por motivos de ordem pessoal não vou poder estar presente na próxima sessão da Assembleia Municipal marcada para o próximo dia 9 de Julho.

Assim sendo, informei o líder da bancada do P.S. a deputada Carla Segadães para convocar o próximo elemento da lista para poder proceder a substituição na respetiva assembleia.

Com os melhores Cumprimentos,

Fernando Venade

De: CMVNC Assembleia Municipal <assembleia.municipal@cm-vncerveira.pt>
Enviada: 3 de julho de 2018 16:42
Para: António Machado <machado.adc@sapo.pt>; Carla Segadães <enfermeiracarla1975@hotmail.com>; Cláudio Coelho <claudiorodriguescoelho@gmail.com>; Cristina Martins <csm.vnc@gmail.com>; Fernando Venade <fvenade@sapo.pt>; João Araújo <geral.joaoraujolda@gmail.com>; Manuel Ramalho <manuelramalho@gmail.com>; Mara Araújo <rebelomaradisa@hotmail.com>; Márcia Araújo <marciadparaujo@gmail.com>; Margarida Barbosa <margaridabarbosa1960@gmail.com>; Mário Afonso <mariolfafonso@hotmail.com>; Mateus Pires <mateusaraujopires@gmail.com>; Paulo Fernandes <paulo.a.fern@gmail.com>; Victor Alves <victoralves.at.vnc@gmail.com>; Bessa Marinho <uf.reboreda.nogueira@gmail.com>; Ana Montenegro <freguesiadeloivo@gmail.com>; Constantino Costa <geral@vncerveira-lovelhe.com>; João Rocha <joaorocha0595@gmail.com>; Joaquim Hilário <camposevilamea@gmail.com>; Lisa Pereira <lisagpereira@hotmail.com>; Luís Araújo <lafa999@hotmail.com>; M Conceição Sousa <mcsasousa@gmail.com>; Manuel Esteves <geral@jf-sapardos.com>; Miguel Pereira <geral@freguesiadecandemilegondar.pt>; RuiEsteves <juntacovas@sapo.pt>
Cc: CMVNC Presidente Assembleia <presidente.assembleia@cm-vncerveira.pt>
Assunto: Convocatória Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal - 9 de julho
Importância: Alta

De: União das Freguesias de Campos e Vila meã <camposevilamea@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 4 de julho de 2018 14:36
Para: CMVNC Assembleia Municipal
Assunto: Assembleia Municipal

Exº Srº Presidente

Assembleia Municipal de Vila Nova Cerveira

O membro da Assembleia Municipal, Joaquim Lima Hilário, presidente da União Freguesias de Campos e Vila Meã não marcará presença na Assembleia Municipal extraordinária, no dia 9 de julho, por motivos pessoais.

Em sua substituição, a União Freguesias de Campos e Vila Meã será representada pelo tesoureiro Elvis Graça Costa,

Sem mais assunto, despeço-me, cordialmente

Elvis Graça Costa

De: Junta de Covas <juntacovas@sapo.pt>
Enviado: quarta-feira, 4 de julho de 2018 18:07
Para: CMVNC Assembleia Municipal
Assunto: Justificação de Falta



Freguesia de Covas

Lugar de Lirio – Covas – Vila Nova de Cerveira
Telef./Fax: 251 941 433
Telem.: 927972074

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Venho por este meio informar de que não poderei estar presente na próxima Assembleia Municipal do dia 09 de julho por motivos pessoais, sendo a Junta de Freguesia representada pelo seu secretario Pedro André da Costa Araújo.

Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Junta

Rui Esteves

Ex^o Sr^o Presidente

Assembleia Municipal de Vila Nova Cerveira

Assunto: Ausência

O membro da Assembleia Municipal, João António Barbosa da Rocha, presidente da freguesia de Cornes não marcará presença na Assembleia Municipal extraordinária, no dia 9 de julho, por motivos pessoais.

Em sua substituição, a freguesia de Cornes será representada pelo João Baptista Lameira da Cunha

Sem mais assunto, despeço-me, cordialmente

João António Barbosa da Rocha



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 7/7/2018

Aos Membros da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira,

O Presidente,
**Assunto: Informação sobre evolução do custo de tarifas de abastecimento público de água, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos**

Tendo em conta a análise que a bancada do Partido Socialista fez da evolução das tarifas aplicadas ao abastecimento público de água, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, vem agora colocar à apreciação dos Sres Membros da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira os seguintes factos.

Considera-se que o consumo típico de uma família que habita numa moradia e tem gasto de água com limpeza exterior, regas, bem como consumos domésticos rondará, aproximadamente, 17m³ por mês e é representativo das famílias Cerveirenses.

Período	Custo do consumo de 17 m ³ de água para utilizadores domésticos
Antes de 01/01/2018	23€
Atualmente	27€
Depois de 01/01/2019*	47€*

*Considerando informação disponibilizada

Assim, num ano, a fatura da água aumentará 104%, afetando a todas as habitações Cerveirenses.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Membros da mesa

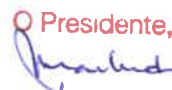
Exmos. Vereadores

Exmos. Colegas deputados e Presidentes de Junta

Exmo. Público e comunicação social presente

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 7/7/2018

Presidente,


Na passada assembleia de abril foi efetuada, e bem, uma alusão aos perigos do crescente populismo nas democracias mundiais. Os populismos tendem a emergir quando os atores do sistema político vigente causam indiferença ou desagrado a uma parte significativa da população, nomeadamente por más práticas governativas ou até por deixarem de dar resposta aos anseios do eleitorado. Em Portugal temos, infelizmente, algumas más práticas na nossa democracia que já se tornaram cliché. Uma delas é a famigerada política do “bota-abaixo”, caracterizada pelo facto de um determinado partido da oposição votar contra todas as propostas do partido que está no poder independentemente do que está em jogo para a comunidade. O objetivo é conseguir captar mais apoio a curto prazo, para no futuro fazer o mesmo, se chegar ao poder. Aquilo que as pessoas se referem como “eles dizem uma coisa quando estão na oposição e depois fazem exactamente o contrário quando estão no poder”. Na maior parte das vezes essa oposição nem fundamenta com rigor e detalhe esse sentido de voto, nem tampouco apresenta uma alternativa credível e realizável, fica-se somente pelos lugares comuns e pelos chavões, seja por pura inépcia seja por estratégia deliberada. A oposição é vital para a saúde da democracia principalmente pela fiscalização ao poder executivo, pelos caminhos diferentes que aponta com o aprofundamento das questões que deve promover, devendo no entanto abster-se, tal como o executivo, de abraçar a demagogia.

Depois queixam-se dos avanços do populismo. Na política por vezes é necessário tomar decisões difíceis e impopulares em determinado contexto para se zelar pelo futuro da comunidade. É pois com um misto de estupefação e tristeza que assistimos à tomada de posição dos vereadores do partido socialista de Vila Nova de Cerveira que votaram contra a proposta da criação da empresa estatal das águas não apresentando, no entanto, nenhuma alternativa sólida ao caminho a ser seguido.

Pasme-se que inclusive votaram contra uma solução proposta por órgãos tutelados e sob orientações do governo do Partido Socialista e aceite por autarquias socialistas tais como Caminha, Paredes de Coura e Viana do Castelo. Quero salientar aqui o Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água do XXI Governo que se encontra em funções, ao qual recomendo vivamente uma leitura a todos os interessados. Neste compromisso do atual governo socialista é assumido que deve haver uma agregação de sistemas municipais e constituição de entidades gestoras regionais. É defendido também no compromisso, para que fique claro, que deve haver um esforço de normalização das tarifas através da criação de um mecanismo de compensação tarifária sustentado no princípio do utilizador pagador e alinhado com o regulador, EM TORNO DE UM REFERENCIAL NACIONAL DE TARIFAS, previsto no PENSAAR2020! Assistimos portanto a um

aparente paradoxo de haver um partido a nível local se posicionar contra o que é defendido pelo governo do seu partido a nível nacional. Mais: fá-lo utilizando argumentos que de forma simpática vou dizer que não correspondem à verdade.

Para não ser muito exaustivo vejamos algumas mais caricatas:

- Afirma publicamente que votou contra a privatização das águas e eu pergunto: mas qual privatização? Realizar uma parceria com o Estado Português é privatizar? É preciso mais clareza do que a que consta na cláusula 32ª do Contrato de Parceria onde claramente está prevista a caducidade do contrato caso a entidade deixe de integrar o sector empresarial do Estado?
- Considera que por as Águas de Portugal deterem 51% o município perde autonomia. Ora esquece-se ou desconhece que esta proporção facilita a concessão de empréstimos já que as garantias são dadas pelo Estado e que esse endividamento não conta para o Município. Esquece-se também que no Contrato de Parceria está previsto um órgão paritário denominado Comissão de Parceria que supervisiona e fiscaliza a Entidade Gestora da Parceria.
- Diz que a água vai aumentar em 2019 mas não diz que se não houvesse este aumento com a agregação teria de haver um muito maior já que o município teria de suportar as suas expensas e sem financiamento estatal ou comunitário todas as obras necessárias a menos que quisessem que o sistema das águas entrasse em colapso por falta de condições de serviço dos reservatórios e das redes.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal o que aqui basicamente se encontra em discussão é a alternativa entre permanecermos orgulhosamente sós, com necessidades de investimento para as águas, sem conseguirmos aceder a fundos comunitários e tendo que forçosamente adequar as tarifas às despesas de acordo com as imposições legais vigentes ou partir para uma solução em que aderimos juntamente com outros municípios minhotos na criação de uma estrutura em parceria com o Estado Português para gestão das águas, com real capacidade de investimento e de acesso a fundos no atual quadro comunitário. Estamos perante um contrato no qual está prevista a exigência na qualidade das águas e a qualidade do serviço a prestar às populações. E finalmente é deixada a possibilidade dos municípios aplicarem tarifas sociais aos mais carenciados. Não nos podemos esquecer que o nosso sistema de águas é já bastante antigo e carece de intervenções de melhoramento e renovação. Face ao contexto legal e dado o real estado do nosso sistema de águas esta solução afigura-se como menos penalizadora para os munícipes a curto, médio e longo prazo do que se não integrássemos este contrato de parceria.

Obrigado.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 3/7/2018

O Presidente,

(Assinado)



[Handwritten signature]

O Presidente,
[Handwritten signature]

Freguesia de Sapardos

EXMº SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXMªS SENHORAS SECRETÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXMº SENHOR PRESIDENTE DO MUNICIPIO

EXMºS SENHORES VEREADORES

EXMºS SENHORES DEPUTADOS E RESTANTES MEMBROS DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIGNÍSSIMOS REPRESENTANTES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

CARISSÍMOS CIDADÃOS PRESENTES, votos de boa noite.

----Exmº Sr. Presidente do município, após detida análise dos documentos relativos à ideia peregrina da pretensa constituição da empresa pública designada “Águas do Alto Minho” a cuja entidade será confiada a futura gestão da água e do saneamento básico, quem o tem, da área correspondente a uma maioria dos municípios do alto minho e bem assim a gestão das infraestruturas necessárias e imprescindíveis à sua distribuição às populações dos mesmos, convém refletir sobre o seguinte:

1 – Esta tomada de posição pelo executivo municipal não é com toda a certeza a mais difícil antes pelo contrário é a mais fácil, pois com ela irá descartar-se de uma enorme responsabilidade que consiste na renovação e adaptação aos

tempos modernos, de toda a rede de distribuição e abastecimento de água potável aos cidadãos residentes na área deste município.

2 – Convenhamos que deve ser realçado que quaisquer infraestruturas, deste ou outro setor, ao fim de muitos anos de utilização, degrada-se, logo terá forçosamente de ser substituída. Esta questão é tão ou mais pertinente se tivermos em linha de conta que a robustez dos materiais usados há muitos anos atrás não possuíam a mesma qualidade, em termos de durabilidade, dos que atualmente existem, mas essa ação poderia e deveria ter sido salvaguardada há muito tempo, e pelos vistos não foi.

3 – Outra questão extremamente importante é o facto de servir de referência o preço da água praticado na cidade de Viana do Castelo, que como sabemos trata-se da capital do distrito, onde por norma os seus moradores possuem uma capacidade financeira superior comparativamente aos residentes noutras localidades, para fazer face aos elevados custos daquele bem essencial que é a água.

4 – Atendendo às circunstâncias atrás referidas, cabe indagar e perguntar a V. EX^a senhor Presidente porque é que aquando da discussão dos termos desse acordo não foi considerado, ou tido em linha de conta o preço da água praticado no nosso concelho, antes do enorme aumento registado há algum tempo

atrás?, que era francamente muito mais vantajoso, em termos económicos.

5 – A nossa única e verdadeira preocupação reside no concreto facto de uma larga franja da população residente na área do nosso concelho encontrar-se na situação de reforma auferindo pensões muito próximas dos trezentos/quatrocentos euros mensais, e antevendo com elevada razoabilidade que um novo aumento muito significativo deste bem essencial que é a água, será levado a cabo, caso se concretize a constituição dessa nova entidade, o que originará certamente acrescidas dificuldades financeiras dos cidadãos, para promover essa obrigação.

6 – Por outro lado é bom salientar e despertar consciências que a qualidade da água controlada por essa entidade não será seguramente melhor do que aquela que atualmente é fornecida à população, reconhecendo no entanto que ela deveria ser melhor controlada nos mais variados parâmetros, por forma a alcançar o índice de excelente.

7 – Outra questão muito importante é a de que, por norma a constituição destas empresas é potenciadora de originar atos de clientelismo, compadrio e/ou situações de favorecimento pessoal, pelo que consideramos de todo esse eventual propósito como incompreensível e inqualificável.

8 – Por outro lado é referido que a constituição dessa entidade é irreversível, uma vez que se assim não for os municípios

signatários desse acordo não terão acesso a projetos apoiados por fundos comunitários. Ora, entendemos que uma tomada de posição tão radical, até ditatorial ou prepotente por parte do Governo da República Portuguesa só pode ter como resposta a demonstração de um profundo descontentamento por parte dos autarcas visados que o deviam demonstrar inequivocamente, levando os responsáveis governamentais a alterar o seu nefasto propósito.

9 – Resulta de tudo o que já foi enunciado que a pesada fatura que o consumidor da água vai suportar não é compatível com as suas reais possibilidades económicas, já de si muito sobrecarregadas, pelo que achamos não ser justo que lhe seja imposta mais esta desnecessária medida.

10 – Perante o cenário presente, e apesar do discurso ser em sentido inverso, vemos com muita preocupação uma possível privatização da água, para além da manifesta falta de um claro e sério compromisso sobre o escrupuloso cumprimento dos preços constantes das normas entretanto apresentadas.

Nestes termos e tendo em conta todas as questões já referidas, não observamos como prioritária a constituição da Empresa Pública das Águas do Alto Minho (EPAAM), pelo que o Partido Social Democrata (PSD), aqui por nós representado, em obediência aos princípios da seriedade, honestidade, equidade e transparência, no superior interesse

dos cidadãos que em nós confiaram, votaremos contra a constituição da citada entidade.

Sapardos, 09 de julho de 2018

O Membro da Assembleia Municipal

Manuel Custódio Esteves
(Manuel Esteves)

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 9/7/2018

O Presidente,

Manuel Esteves

Em resposta às intervenções efetuadas pelos deputados Paulo Fernandes e Cláudio Coelho da bancada do Partido Socialista, no que respeita à freguesia de Covas

Relativamente a Covas não é o Município a entidade gestora continua a ser a Junta de Freguesia.

O Município que apenas iniciou o investimento na freguesia à mais ou menos 8 anos, a esta parte, não tendo até aí gasto um cêntimo nestas tipo de infraestruturas.

Iniciou-se a rede de saneamento e a nova rede de água, ainda com o executivo anterior, e que este executivo tem dado continuidade no avanço destes investimentos, tão necessários, apesar dos contratempos que surgem no percurso com o chumbo de uma candidatura realizada com o objetivo de financiar todos os investimentos que ainda é necessário efetuar.

Aqui o Sr. Presidente da Câmara esclarecerá bem melhor do que eu com toda a certeza.

Existe um protocolo, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia que já foi mencionado pelo Sr. Presidente na apresentação deste ponto, e que também foi aprovado nesta Assembleia, para a transferência da gestão destes serviços para o Município, logo após a realização de uma empreitada para a substituição de todos os contadores e do necessário prosseguimento dos investimentos para garantir um serviço de melhor qualidade e maior segurança.

Relativamente ao contrato de parceria

O Grupo Águas de Portugal S.A. (AdP), onde se irá incluir a criação das Águas do Alto Minho, atualmente detido por capitais públicos, tem como objetivo produzir e fornecer água em todo o território nacional. Atua em todas as fases do ciclo urbano da água (captação, tratamento e distribuição para consumo público), bem como na recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais.

Parece-me de relevante significado o facto da experiência e de todo o know-how que o grupo tem para a prestação destes serviços garantindo com toda a certeza uma melhor qualidade e uma maior segurança, para todos os consumidores, tendo em conta que;

- A água é um recurso básico e essencial não só para as populações, como para todos os seres. A restrição direta ou indireta ao seu acesso, a sua falta de qualidade ou o seu ineficiente tratamento e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recuperação afetam de forma trágica o ambiente e os seres que nele habitam.

APROVADO em Sessão de 7/7/2018

O Presidente

Por isto, o que mais me preocupa na natureza da atividade das AdP, que é legítimo afirmar, qualquer confusão ou alteração de política na sua gestão poderá condicionar, comprometer ou limitar o acesso da população a água de qualidade, a exemplo do que temos assistido nos últimos anos com a EDP, REN, TAP...etc

Entregar um recurso estratégico como este a entidades, que eventualmente, deixem de ser controladas pelo Estado é de um perigo enorme, podendo colocar em causa a saúde e segurança das populações.

É neste contexto que chamo a atenção para a eventual privatização deste grupo AdP, que me parece estar bem salvaguardado neste acordo, e também já foi bem esclarecido pelo deputado Manuel Ramalho na sua intervenção.

Deixo 2 questões ao Sr. presidente

1.^a

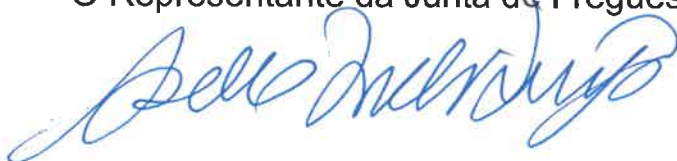
- Se o município, por hipótese, um novo executivo, com pensamentos diferentes, chegar e quiser rescindir/romper com o acordo o que acontece ao Município, quais as indemnizações devidas?

Desde há alguns anos que as AdP apresentam resultados muito positivos, que pese embora a cobrança das tarifas, também deverá ser subsidiado pelo orçamento estatal, juntando a celebração de acordos de tipo um pouco por todo o país, garantindo assim, infraestruturas cedidas pelos municípios. Apoios estes por parte do Estado ou das autarquias que é tanto mais lógico quanto se considera que um bem básico como a água deve estar acessível, logística e financeiramente, a todas as pessoas.

2.^a

Relativamente ao relacionamento de proximidade com os consumidores para a comunicação de fugas/roturas, pagamentos, novos pedidos de ligação, alterações contratuais, requerimentos de tarifas sociais se será feito no município ou nas Águas do Alto Minho e de que forma?

O Representante da Junta de Freguesia de Covas





Carr

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

PROPOSTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 09/07/2018

Exmo. Sr Presidente da Assembleia Municipal

O Presidente,

Nos termos do art.º 10 e 11.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e ainda nos termos do Art.º 240 da Constituição da República Portuguesa, vimos requerer a V.Exa. que submeta a esta Assembleia Municipal a presente proposta para realização do **Referendo Local, acerca da passagem da gestão dos serviços de Água e Saneamento do Município para a empresa Águas do Alto Minho**, fundamentado nos motivos seguidamente expostos:

- 1 – Atendendo que a água é um bem fundamental e essencial à vida, uma qualquer alteração da sua gestão deve ser do conhecimento prévio da população, pelo que entendemos que devem os residentes ser parte ativa num processo de decisão participativo.
- 2 - Atendendo que a decisão sobre a adesão à parceria com a empresa Águas do Alto Minho impõe um compromisso do Município por 30 anos.
- 3 – Atendendo que a adesão a esta parceria implicará um aumento substancial dos preços de água e saneamento para os Municípes.
- 4 – Atendendo que a maioria dos Cerveirenses desconhece as implicações que existirão caso o Município adira a esta parceria.
- 5 – Atendendo que se trata de matéria que tem relevante interesse local, estando nas competências de decisão desta assembleia, verifica-se que estão reunidas as condições do n.º1 do art.º 3, Lei Orgânica n.º 4/2000 (com as suas alterações subsequentes).
- 6 – Não existem por conseguinte limitações ao referendo local em razão de matéria (artigo 4.º), não aplicáveis ao caso em apreço; não existe nenhuma das limitações constantes do art.º8.º e 9.º .
- 7 - Sendo que os atos em procedimento de decisão, ainda não definitivamente aprovados, podem constituir objeto de referendo local (artigo 5.º, n.º 1), sendo que no caso em apreço ainda não foi decidida definitivamente a adesão a esta parceria que implica a passagem da gestão das águas e saneamento para a empresa.
- 8 - Considerando que estão reunidas as condições legais para que este tema seja referendado localmente, solicita-se que desde já se iniciem os procedimentos legais inerentes ao processo que decorrerá desta iniciativa.



Assim, as Deputadas e os Deputados Municipais subscritores, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 1 do Regime Jurídico do Referendo Local vigente foi aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro propõem que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira delibere:

Ao abrigo do disposto no artigo 23.º do Regime Jurídico do Referendo Local vigente foi aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro e do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea e) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a realização de um referendo local com as seguintes perguntas:

1 - Concorda com a entrega da gestão das águas e saneamento do Município à empresa Águas do Alto Minho, designadamente através da participação numa parceria com a referida empresa?

Vila Nova de Cerveira 09/07/2018

Os Deputados Municipais









MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 9/7/2018

O Presidente,



DECLARAÇÃO DE VOTO

O Presidente,



Atendendo a que a freguesia de Covas não se encontra abrangida pelo contrato a celebrar entre o Município e a Águas do Alto Minho, SA.;

Atendendo a que existe um protocolo entre o Município de Vila Nova de Cerveira e a Junta de Freguesia de Covas referente à transferência de gestão das águas da rede pública celebrado em 22/12/2014, e que em seu artigo 8º o mesmo tem a validade de 10 anos e não poderá ser substabelecido pela Camara Municipal a terceiros de natureza pública ou privada;

Atendendo a que a Junta de Freguesia faz parte, apenas, por inerência da Assembleia Municipal, não sendo membro diretamente eleito para a mesma, a nossa posição não pode ser outra senão a abstenção.

Covas, 09 de julho 2018

Junta de Freguesia





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

(03) PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 49.º E SEQUINTE DO RFALEI (REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS), NA SUA ATUAL REDAÇÃO - RATIFICAÇÃO

Foi presente para ratificação, o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 11 de junho, pelo qual aprovou a proposta de contratação de empréstimo para despesas de investimentos, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na sua atual redação e que se transcreve:

“PROPOSTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 49º E SEQUINTE DO RFALEI (REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS), NA SUA ATUAL REDAÇÃO

O Município de Vila Nova de Cerveira tem ao longo dos anos pautado a sua atuação pelo equilíbrio financeiro, através de uma gestão rigorosa que lhe tem permitido responder a grandes desafios da atividade municipal e assegurar a participação nacional das obras financiadas pelos fundos comunitários. Assim e porque se entende necessário e imprescindível prosseguir com a qualificação e modernização do concelho, o Município tem, no entanto, um conjunto de investimentos que importa realizar, nomeadamente, ao nível das infraestruturas básicas e nas matérias da regeneração urbana.

Considerando que;

- Nos termos dos artigos 49º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, os Municípios podem recorrer à contratação de empréstimos para financiamento de despesas de investimento, até ao limite da dívida prevista no n.º 1 e da alínea b) do n.º 3, ambos do art.º 52º da referida lei.*
- No final do exercício de 2017 o montante global da dívida total de aproximadamente 0,46 vezes a média da receita corrente dos últimos três anos, consideravelmente abaixo do limite de 1,5 vezes previsto no n.º 1 do art.º 52º do RFALEI, correspondendo, no início de 2018, à existência de uma capacidade de endividamento de aproximadamente 2,2 milhões de euros.*

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a abertura de um procedimento para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazo, nos termos dos artigos 49º e seguintes do RFALEI destinado ao financiamento de despesas de investimento no valor global de 200.000 €, nomeadamente:

Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

DESCRIÇÃO	PROJETO PPI	VALOR DO PPI 2018	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO
Parque Transfronteiriço Castelinho - Fortaleza	2016-I-11	329.000,00 €	145.000,00 €
Qualificação, reforço e manutenção da rede de água, em baixa e em alta, na Freguesia de Covas	2016-I-10	128.000,00 €	55.000,00 €

O novo empréstimo a contratar, junto das instituições financeiras, deve obedecer às seguintes condições:

- 1 - Montantes máximos dos empréstimos a contrair: por empréstimo, até ao limite da componente nacional dos projetos identificada no quadro anterior;*
- 2 - Finalidade dos empréstimos: financiamento da componente nacional dos projetos identificados no quadro anterior e previstas no Plano Plurianual de Investimentos, nos termos da alínea a) do n.º 5 do art.º 52º do RFALEI;*
- 3 - Prazos dos empréstimos: 20 anos a contar da data da perfeição do contrato;*
- 4 - Utilização: até 1 ano a contar da data da perfeição do contrato;*
- 5 - Período de carência do reembolso do capital: 1 anos;*
- 6 - Reembolso de capital/pagamento de juros: prestações mensais constantes de capital e juros à dívida para o período total do empréstimo;*
- 7 - Taxa de juro: taxa de juro variável relativa à Euribor a 3 meses, base 360 dias;*
- 8 - Garantias: de acordo com a legislação em vigor;*
- 9 - Propostas: as propostas deverão ser formalizadas sem a apresentação de condições variáveis, nomeadamente, no que se refere à amortização de capital e taxas de juro;*
- 10 - Entidades a convidar: Consulta a todas as instituições de crédito, com dependência existente na área afeta ao Município de Vila Nova de Cerveira, ou seja: Banco Santander, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, BPI e Novo Banco;*
- 11 - Prazo para entrega das propostas: até às 15 horas do dia 22 de junho de 2018;*
- 12 - Critério de adjudicação: proposta economicamente mais vantajosa;*
- 13 - Abertura das propostas: às 17 horas do dia 22 de junho de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira;*
- 14 - Comissão de análise das propostas:*
 - Presidente – Vítor Manuel Passos Pereira;*
 - 1º Vogal – Carmen de La Salete Oliveira Araújo;*
 - 2º Vogal – Carlos Alberto Limeres Bouça.*

Vila Nova de Cerveira, 11 de junho de 2018,º

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra do Vereador senhor Nuno Silva e Vereadora senhora Cristina Cancela, ratificar nos termos do artigo 35.º, n.º 3, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações sucessivas, o despacho emitido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 11 de junho, pelo qual aprovou a abertura do procedimento para contratação de empréstimo para despesas de investimentos, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na sua atual redação e respetiva consulta às seguintes entidades bancárias: Banco Santander, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo BPI e Novo Banco.

Vítor Perena
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

O Presidente da Câmara Municipal assegurou que, com a contratação deste empréstimo a Câmara Municipal continuará a manter boa saúde financeira, já que não esgotando sequer 50% da atual capacidade de endividamento da Autarquia, fica assegurada para o futuro e em caso de necessidade, essa capacidade de endividamento (superior a 1,1 milhões de euros), garantindo ainda que no final do presente mandato autárquico, as dívidas totais da autarquia (a curto e a médio/longo prazo) seriam inferiores à do início deste mandato e muito inferior à do início do mandato anterior.

Os Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela ficaram de posteriormente apresentar declaração de voto.

18/junho/2018

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'V' followed by a horizontal line.

Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ATA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO
PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO DE € 200.000,00**

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, na sala designada por "Forte" da Câmara Municipal, reuniu a comissão designada, constituída pelos senhores Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe de Divisão da Administração Geral, – como Presidente da Comissão – Carmen de La-Salette Oliveira Araújo, Dirigente Intermédia de 3.º Grau e Catarina Alexandra Lopes Pereira, Assistente Administrativa – estes como vogais da mesma Comissão – a fim de procederem à análise e apreciação das propostas apresentadas ao presente procedimento, após os esclarecimentos prestados pelo concorrente Caixa de Crédito Agrícola. -----

----- Iniciados os trabalhos pelas dezasseis horas, após a análise efetuada, a Comissão, deliberou, por unanimidade, excluir as PROPOSTAS NÚMERO UM (Santander Totta, SA) e NÚMERO QUATRO (Caixa Geral Depósitos) pelo facto de violarem o disposto na cláusula 7.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento, designadamente porque apresentam as propostas com condições variáveis para a formação da taxa de juro (com ou sem floor zero). -----

----- Face aos esclarecimentos prestados pelo concorrente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, em que refere que a proposta apresentada «*não inclui qualquer "floor", o que implica, à data, uma taxa nominal de 0,655 pontos percentuais*», o júri procedeu à análise das duas propostas admitidas. -----

----- Assim, tendo em consideração o serviço de dívida global para as taxas de juro propostas pelas duas instituições de crédito, compostas pelo "Spread" e a Euribor a 3 meses (BPI com floor zero e CCAM do Noroeste sem floor), foi de parecer que devem ser ordenadas pela seguinte forma: -----

----- 1º - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. -----

----- 2.º - Banco BPI, S.A.. -----

----- Propõe-se assim:


Adjudicar o empréstimo para despesas de Investimento no montante de 200.000 € pelo prazo de 20 anos, ao Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, nos termos do relatório de análise de propostas e demonstração da capacidade de endividamento do município, e submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 4 e para efeitos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações sucessivas.

-----Todas as decisões referidas nesta ata foram tomadas por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual, para constar se lavrou a presente ata. -----


(Vítor Manuel Passos Pereira)

Carmen de La-Salette Oliveira Araújo
(Carmen de La-Salette Oliveira Araújo)


(Catarina Alexandra Lopes Pereira)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

(04) PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA O FINANCIAMENTO DA COMPONENTE NACIONAL DAS OBRAS COFINANCIADAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 51.º E DA ALÍNEA A) DO N.º 5 DO ARTIGO 52.º DO RFALEI (REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS), NA SUA ATUAL REDAÇÃO - RATIFICAÇÃO

Foi presente para ratificação, o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 11 de junho, pelo qual aprovou a proposta contratação de empréstimos de médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas, nos termos dos artigos 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na atual redação e que se transcreve:

“PROPOSTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA O FINANCIAMENTO DA COMPONENTE NACIONAL DAS OBRAS COFINANCIADAS, NOS TERMOS DO ART.º 51º E DA ALÍNEA A) DO N.º 5 DO ART.º 52º DO RFALEI, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

O Município de Vila Nova de Cerveira tem ao longo dos anos pautado a sua atuação pelo equilíbrio financeiro, através de uma gestão rigorosa que lhe tem permitido responder a grandes desafios da atividade municipal e assegurar a comparticipação nacional das obras financiadas pelos fundos comunitários. Assim e porque se entende necessário e imprescindível prosseguir com a qualificação e modernização do concelho, o Município tem, no entanto, um conjunto de investimentos que importa realizar, nomeadamente, ao nível das infraestruturas básicas e nas matérias da regeneração urbana.

Neste prepósito o Município de Vila Nova de Cerveira submeteu a diversos programas operacionais do PORTUGAL2020, um conjunto de candidaturas consideradas estruturantes para o desenvolvimento económico-social do concelho, tendo sido aprovadas as seguintes candidaturas, com valor elegível de 2.922.820,49 € e cujo valor global de investimentos totaliza 3.313.406,61 €:

Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO (€)	INV. ELEGÍVEL (€)
Arranjo da Praceta Quelrós Ribeiro	84.896,39	44.000,00
Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros para Edifício de Cultura e Inovação	300.000,00	300.000,00
Reabilitação do Auditório Municipal	146.554,00	146.554,00
Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Bairro da Calçada, à Urbanização de Cerveira e ao Centro Escolar de Cerveira	262.218,41	262.218,41
PAMUS – Mobilidade Suave em Vila Nova de Cerveira	569.620,05	352.540,00
Requalificação da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira - 1.ª Fase	240.620,00	108.010,32
Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 5 - Subsistema de Campos	970.499,06	970.499,06
Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo - 1.ª Fase	738.998,70	738.998,70
	3.313.406,61	2.922.820,49

No âmbito das candidaturas supra identificadas o Município de Vila Nova de Cerveira está obrigado a garantir o financiamento da Componente Nacional até ao montante de 829.009,19 €, sob pena de ser inviabilizada a realização dos referidos investimentos.

Acresce referir que, pese embora o valor do financiamento da supracitada componente nacional não ser considerado para efeitos do apuramento da dívida total do município, nos termos do n.º 5 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no Município de Vila Nova de Cerveira:

- no final do exercício de 2017, o montante global da dívida total de aproximadamente 0,46 vezes a média da receita corrente dos últimos três anos, consideravelmente abaixo do limite de 1,5 vezes previsto no n.º 1 do art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais);*
- se encontram preenchidos todos requisitos previstos face à capacidade de endividamento disponível (quadro anexo) e que para o presente ano ascende a cerca de 2,2 milhões de euros.*

Assim sendo, propõe-se, nos termos do art.º 51º e da alínea a) do n.º 5 do art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a abertura de um procedimento para a contratação de empréstimo a médio e longo prazos, destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio inscritos no orçamento da União Europeia, em conformidade com o quadro seguinte:


Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

DESCRIÇÃO	PROPOSTA EMPRÉSTIMO (€)
Arranjo da Praceta Queirós Ribeiro	47.496,39
Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros para Edifício de Cultura e Inovação	45.000,00
Reabilitação do Auditório Municipal	21.983,10
Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Bairro da Calçada, à Urbanização de Cerveira e ao Centro Escolar de Cerveira	39.332,76
PAMUS – Mobilidade Suave em Vila Nova de Cerveira	269.961,05
Requalificação da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira - 1.ª Fase	148.811,23
Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 5 - Subsistema de Campos	145.574,86
Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo - 1.ª Fase	110.849,80
	829.009,19

Os novos empréstimos a contratar, junto das instituições financeiras, devem obedecer às seguintes condições:

- 1. Montantes máximos dos empréstimos a contrair: por empréstimo, até ao limite da componente nacional dos projetos identificada no quadro anterior;*
- 2. Finalidade dos empréstimos: financiamento da componente nacional dos projetos identificados no quadro anterior e previstas no Plano Plurianual de Investimentos, nos termos da alínea a) do n.º 5 do art.º 52º do RFALEI;*
- 3. Prazos dos empréstimos: 20 anos a contar da data da perfeição do contrato;*
- 4. Utilização: até 1 ano a contar da data da perfeição do contrato;*
- 5. Período de carência do reembolso do capital: 1 anos;*
- 6. Reembolso de capital/pagamento de juros: prestações mensais constantes de capital e juros à dívida para o período total do empréstimo;*
- 7. Taxa de juro: taxa de juro variável relativa à Euribor a 3 meses, base 360 dias;*
- 8. Garantias: de acordo com a legislação em vigor;*
- 9. Propostas: as propostas deverão ser formalizadas sem a apresentação de condições variáveis, nomeadamente, no que se refere à amortização de capital e taxas de juro;*
- 10. Entidades a convidar: Consulta a todas as instituições de crédito, com dependência existente na área afeta ao Município de Vila Nova de Cerveira, ou seja: Banco Santander, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo BPI e Novo Banco;*
- 11. Prazo para entrega das propostas: até às 15 horas do dia 22 de junho de 2018;*
- 12. Critério de adjudicação: proposta economicamente mais vantajosa;*
- 13. Abertura das propostas: às 17 horas do dia 22 de junho de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira;*
- 14. Comissão de análise das propostas:*
Presidente – Vítor Manuel Passos Pereira;

Vítor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

1º Vogal – Carmen de La Salette Oliveira Araújo;

2º Vogal – Carlos Alberto Limeres Bouça.

Vila Nova de Cerveira, 11 de junho de 2018”

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra do Vereador senhor Nuno Silva e Vereadora senhora Cristina Cancela, ratificar nos termos do artigo 35.º, n.º 3, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações sucessivas, o despacho emitido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 11 de junho, pelo qual aprovou a abertura do procedimento para contratação de empréstimo para despesas de investimentos, nos termos dos artigos 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais), na sua atual redação e respetiva consulta às seguintes entidades bancárias: Banco Santander, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo BPI e Novo Banco.

O Presidente da Câmara Municipal assegurou que, com a contratação deste empréstimo a Câmara Municipal continuará a manter boa saúde financeira, já que não esgotando sequer 50% da atual capacidade de endividamento da Autarquia, fica assegurada para o futuro e em caso de necessidade, essa capacidade de endividamento (superior a 1,1 milhões de euros), garantindo ainda que no final do presente mandato autárquico, as dívidas totais da autarquia (a curto e a médio/longo prazo) seriam inferiores à do início deste mandato e muito inferior à do início do mandato anterior.

Os Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela ficaram de posteriormente apresentar declaração de voto.

18/junho/2018



Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ATA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO
PARA O FINANCIAMENTO DA COMPONENTE NACIONAL DAS OBRAS
COFINANCIADAS - € 829.009,19**

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, na sala designada por "Forte" da Câmara Municipal, reuniu a comissão designada, constituída pelos senhores Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe de Divisão da Administração Geral, – como Presidente da Comissão – Carmen de La-Salette Oliveira Araújo, Dirigente Intermédia de 3.º Grau e Catarina Alexandra Lopes Pereira, Assistente Administrativa – estes como vogais da mesma Comissão – a fim de procederem à análise e apreciação das propostas apresentadas ao presente procedimento, após os esclarecimentos prestados pelo concorrente Caixa de Crédito Agrícola. -----

— Iniciados os trabalhos pelas dezasseis horas, após a análise efetuada, a Comissão, deliberou, por unanimidade, excluir as PROPOSTAS NÚMERO UM (Santander Totta, SA) e NÚMERO QUATRO (Caixa Geral Depósitos) pelo facto de violarem o disposto na cláusula 7.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento, designadamente porque apresentam as propostas com condições variáveis para a formação da taxa de juro (com ou sem floor zero). -----

----- Face aos esclarecimentos prestados pelo concorrente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, em que refere que a proposta apresentada «*não inclui qualquer "floor", o que implica, à data, uma taxa nominal de 0,655 pontos percentuais*», o júri procedeu à análise das duas propostas admitidas. -----

----- Assim, tendo em consideração o serviço de dívida global para as taxas de juro propostas pelas duas instituições de crédito, compostas pelo "Spread" e a Euribor a 3 meses (BPI com floor zero e CCAM do Noroeste sem floor), foi de parecer que devem ser ordenadas pela seguinte forma: -----

----- 1º - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. -----

----- 2º - Banco BPI, S.A.. -----

----- Propõe-se assim:

Adjudicar o para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas - € 829.009,19, pelo prazo de 20 anos, ao Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, nos termos do relatório de análise de propostas e demonstração da capacidade de endividamento do município, e submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 4 e para efeitos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações sucessivas.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

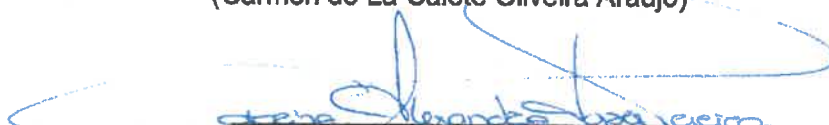
-----Todas as decisões referidas nesta ata foram tomadas por unanimidade. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual, para constar se lavrou a presente ata. -----



(Vítor Manuel Passos Pereira)

(Carmen de La-Salette Oliveira Araújo)



(Catarina Alexandra Lopes Pereira)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

(05) PROPOSTA PARA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA, NOMEADAMENTE DO EMPRÉSTIMO N.º 9015.006702.9.91 – OBRAS COFINANCIADAS INSCRITAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2010, DE FORMA A OBTER CONDIÇÕES ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSAS PARA O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA – ARTIGO 101.º DA LEI 114/2017, DE 29.12 (LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018) - RATIFICAÇÃO

Foi presente para ratificação, o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 12 de junho, pelo qual aprovou a proposta Renegociação da dívida Financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente do Empréstimo N.º 9015.006702.9.91 – obras cofinanciadas inscritas no Plano Plurianual de Investimentos de 2010, de forma a obter condições economicamente mais vantajosas para o Município de Vila Nova de Cerveira – Artigo 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2018), e que se transcreve:

“PROPOSTA

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA, NOMEADAMENTE DO EMPRÉSTIMO N.º 9015.006702.9.91 – OBRAS COFINANCIADAS INSCRITAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2010, DE FORMA A OBTER CONDIÇÕES ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSAS PARA O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA – ARTIGO 101.º DA LEI N.º 114/2017, DE 29/12 (LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018)

O n.º 1 do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2018) prevê a possibilidade de os Municípios contraírem empréstimos de médio e longo prazos para a “exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, acordos de pagamento ou contratos em vigor a 31 de dezembro de 2017, que já constem do endividamento global da autarquia, desde que, com a contratação do novo empréstimo, o valor atualizado dos encargos totais com este, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo, acordo de pagamento ou contrato a liquidar antecipadamente”.

Verifica-se que o empréstimo contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, SA, relativo ao “financiamento de projetos de investimento com financiamento comunitário inscritos no plano plurianual de investimentos de 2010” regista uma maturidade considerável, face à taxa de juro consideravelmente acima das atuais condições de mercado.

Acresce que nos últimos anos tem-se registado uma melhoria contínua e significativa da situação financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, registando no final de 2017 o montante global da dívida total de aproximadamente 0,46 vezes a média da receita corrente dos últimos três anos, consideravelmente abaixo do limite de 1,5 vezes previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais).

Constata-se que o artigo 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro prevê a possibilidade das autarquias renegociarem o seu passivo de médio e longo prazos, condições e prazo (até ao limite máximo previsto no n.º 3 do art.º 51.º do RFALEI, ou seja 20 anos), desde que o



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

valor atualizado dos encargos totais do novo empréstimo sejam inferiores ao valor atualizado do empréstimo atual.

Assim sendo, propõe-se, qua a Câmara Municipal delibere a abertura de um procedimento para a contratação de empréstimos a médio e longo prazos, em condições economicamente mais vantajosas, do art.º 51º e seguintes do RFALEI e do n.º 1 do art.º 101º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, destinados à amortização total do empréstimo em vigor, contraído no ano de 2010, nomeadamente:

- *Empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, SA, em 18-02-2010, pelo prazo de 20 anos, cujo valor em dívida a 31/05/2018 totaliza 1.790.039,99€.*

O novo empréstimo a contratar, junto das instituições financeiras, deve obedecer às seguintes condições:

1. *Montantes máximos dos empréstimos a contrair: o montante exato em dívida do empréstimo a amortizar na data da perfeição do contrato;*
2. *Finalidade dos empréstimos: amortização, na totalidade, do empréstimo acima referido;*
3. *Prazos dos empréstimos: 20 anos a contar da celebração data de perfeição do contrato;*
4. *Utilização: na data da perfeição do contrato;*
5. *Período de carência do reembolso do capital: inexistente;*
6. *Reembolso de capital/pagamento de juros: prestações mensais constantes de capital e juros à dívida para o período total do empréstimo;*
7. *Taxa de juro: taxa de juro variável relativa à Euribor a 3 meses, base 360 dias;*
8. *Comissões: inexistência de comissões ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou não utilização do empréstimo;*
9. *Garantias: de acordo com a legislação em vigor;*
10. *Entidades a convidar: Consulta a todas as instituições de crédito, com dependência existente na área afeta ao Município de Vila Nova de Cerveira, ou seja: Banco Santander, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, BPI e Novo Banco;*
11. *Prazo para entrega das propostas: até às 15 horas do dia 28 de junho de 2018;*
12. *Critério de adjudicação: proposta economicamente mais vantajosa;*
13. *Abertura das propostas: às 16 horas do dia 27 de junho de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira;*
14. *Comissão de análise das propostas:*
 - Presidente – Vítor Manuel Passos Pereira;*
 - 1º Vogal – Carmen de La Salette Oliveira Araújo;*
 - 2º Vogal – Catarina Alexandra Lopes Pereira.*

Mais se propõe que a presente proposta e o caderno de encargos do procedimento, remetido em anexo, seja submetida à Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira para autorizar a contratação dos empréstimos, acompanhada de informação detalhada sobre as condições apresentadas pelas instituições financeiras e mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Vila Nova de Cerveira.

Verificando-se a urgência na abertura dos procedimentos, por forma a que seja possível remeter o processo à Assembleia Municipal extraordinária do próximo dia 9 de julho, determina-se que a presente proposta e o respetivo anexo sejam considerados aprovados por despacho, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de

Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

12 de setembro, devendo ser remetidos à Câmara Municipal na próxima reunião do órgão executivo para efeitos de ratificação.

Vila Nova de Cerveira, 12 de junho de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos do artigo 35.º, n.º 3, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações sucessivas, o despacho emitido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 12 de junho, pelo qual aprovou a abertura do procedimento para a contratação de empréstimos a médio e longo prazos e respetiva consulta às seguintes entidades bancárias: Banco Santander, Banco Comercial Português, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo BPI e Novo Banco, em condições economicamente mais vantajosas, do art.º 51º e seguintes do RFALEI e do n.º 1 do art.º 101º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, destinados à amortização total do empréstimo em vigor, contraído no ano de 2010, nomeadamente:

- Empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, SA, em 18-02-2010, pelo prazo de 20 anos, cujo valor em dívida a 31/05/2018 totaliza 1.790.039,99€.*

18/junho/2018

Vitor Pereira
Chefe Divisão



Handwritten signature and initials in blue ink.

ATA

Relatório de análise de propostas para empréstimo bancário de médio e longo prazo para renegociação da Dívida Financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, nos termos do n.º 1 do art.º 101º da Lei n.º 114/2017, de 29/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2018)

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, na sala designada por “Forte” da Câmara Municipal, reuniu a comissão designada, constituída pelos senhores Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe de Divisão da Administração Geral, – como Presidente da Comissão – Carmen de La-Salete Oliveira Araújo, Dirigente Intermédia de 3.º Grau e Catarina Alexandra Lopes Pereira, Assistente Administrativa – estes como vogais da mesma Comissão – a fim de procederem à análise e apreciação das propostas apresentadas ao presente procedimento, nos termos do art.º 51º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro de 2013, após os esclarecimentos prestados pelo concorrente Caixa de Crédito Agrícola.

Assim, em cumprimento do estipulado no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro de 2013, e para efeitos de obtenção da competente autorização do órgão deliberativo para a contratação de empréstimo de médio e longo prazo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013, apresenta-se de seguida a informação sobre as condições praticadas nas instituições de crédito consultadas nos termos e para os efeitos aludidos.

O presente relatório diz respeito à análise das condições praticadas pelas instituições de crédito convidadas a apresentar proposta para a contração de empréstimo de médio e longo prazo, cuja abertura foi ratificada nos termos do artigo 35.º, n.º 3, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações sucessivas por deliberação do órgão executivo em reunião extraordinária de 18 de junho de 2018.



Handwritten signature and initials in blue ink.

1. ENQUADRAMENTO

O procedimento iniciou-se com o convite, através de ofício datado de 14 de junho de 2018, a seis instituições legalmente autorizadas por lei a conceder crédito.

O prazo limite estabelecido para apresentação de propostas foi o dia 27 de junho de 2018 até às 15 horas.

Foram recebidas propostas das seguintes entidades:

- PROPOSTA NÚMERO UM – Santander Totta, SA – entregue em mão e identificada com n.º 1 de 25/06/2018, pelas 13h41m;
- PROPOSTA NÚMERO DOIS – Banco BPI – entregue em mão e identificada com n.º 2 de 27/06/2018, pelas 13h41m;
- PROPOSTA NÚMERO TRÊS – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – entregue em mão e identificada com n.º 3 de 27/06/2018, pelas 14h32m;
- PROPOSTA NÚMERO QUATRO – Caixa Geral Depósitos – entregue em mão e identificada com n.º 4 de 27/06/2018, pelas 14h50m.

Por não terem apresentado proposta, ficam fora do procedimento as seguintes instituições bancárias: Banco Comercial Português, S.A. e Novo Banco, S.A.

Procedeu-se à abertura das propostas no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, no dia 27 de junho de 2018, às 16 horas.

Todas as propostas recebidas continham e cumpriam os requisitos do ofício-convite bem como respeitavam o disposto no n.º 5 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez que da análise aos respetivos planos onde se evidenciava o serviço da dívida as amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, e para o valor proposto, eram sempre e em todas as propostas superiores a 80 % das amortizações médias, assim obtidas:

(a) Capital	1.790.039,99 €
(b) Prazo do contrato (anos)	20
(c) Amortizações médias = (a) / (b)	89.502 €
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	71.601,60 €

N.º 4 do artigo 40.º do RFALEI, N.º 5 do artigo 51 do RFALEI



Handwritten signature and initials

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Sintetiza-se, nos quadros infra, as condições de cada proposta ordenadas pela data e hora de entrada:

Quadro 1 - Condições das Propostas								
Entidade	Valor	Prazo (Anos)	Carencia de Capital (meses)	Spread	Euribor (indexante)	Prestações	Antecipação do Empréstimo	Comissões e Encargos
Banco Santander Total, SA	1.790.039,99	20	sem período de carência	1,97%	Euribor a 3M (com floor zero)	240	Sem Penalização	Isento de comissões e custos
Banco BPI	1.790.039,99	20	sem período de carência	0,97%	Euribor a 3M (com floor zero)	240	Sem Penalização - Desde que no final de um período de contagem de juros: Aviso prévio 30 dias	Isenção de Comissões de abertura, gestão e imobilização
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Noroeste	1.790.039,99	20	inexistente	0,98%	Euribor a 3M (sem floor zero)	240	Não refere	Isenção de Comissões
Caixa Geral de Depósitos	1.790.039,99	20	não refere	1,20%	Euribor a 3M (com floor zero)	240	Sem Penalização - sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso	Redução de 100% ao preparo

Considerando as condições estabelecidas pelo Município no ofício-convite, ficam admitidas todas as propostas apresentadas pelas quatro instituições de crédito.

A adjudicação deverá fazer-se à proposta economicamente mais vantajosa.

Para efeitos de análise das propostas identificadas no Quadro I, o júri teve que ter em consideração que, apenas a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste não apresentou um *floor* [valor mínimo] zero para o indexante da taxa de juro variável relativa à Euribor a 3 meses, base 360 dias.

Assim, importa salientar que a política de redução das taxas de juro está diretamente indexada ao crescimento económico, pelo que enquanto se verificasse uma estagnação / recessão as taxas mantinham-se baixas ou até diminuía, com a expectativa e concretização do crescimento económico as taxas de juro deverão aumentar. No entanto, atendendo a atual conjuntura económica, **não há previsibilidade de quando as taxas Euribor se tornem nulas ou positivas.**

Por conseguinte, o júri optou por efetuar a análise das propostas tendo em conta 3 cenários mais recentes:



- Cenário 1: Euribor a 3 meses – à data de 28/06/2018 (-0,324%);
- Cenário 2: Euribor a 3 meses – média dos últimos 36 meses (-0,257%)
- Cenário 3: Euribor a 3 meses – média dos últimos 60 meses (-0,085%)

O quadro seguinte analisa pelo serviço da dívida as propostas, colocando em cada análise a ordenação da proposta economicamente mais vantajosa:

Quadro II – Análise Comparativa do Serviço da Dívida							
Cenários	Entidade	Capital	Juro	Serviço da Dívida	Comissões	Montante total imputado ao Município (incluindo comissões)	Ordenação
Cenário 1 (Euribor atual)	Banco Santander Totta, SA	1.790.039,99 €	354.107,20 €	2.144.147,19 €	0,00 €	2.144.147,19 €	4º
	Banco BPI	1.790.039,99 €	174.357,35 €	1.964.397,34 €	0,00 €	1.964.397,34 €	2º
	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Noroeste	1.790.039,99 €	117.915,90 €	1.907.955,89 €	0,00 €	1.907.955,89 €	1º
	Caixa Geral de Depósitos	1.790.039,99 €	215.699,82 €	2.005.739,81 €	0,00 €	2.005.739,81 €	3º
Cenário 2 (média da Euribor dos últimos 36 meses)	Banco Santander Totta, SA	1.790.039,99 €	354.107,20 €	2.144.147,19 €	0,00 €	2.144.147,19 €	4º
	Banco BPI	1.790.039,99 €	174.357,35 €	1.964.397,34 €	0,00 €	1.964.397,34 €	2º
	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Noroeste	1.790.039,99 €	129.894,23 €	1.919.934,22 €	0,00 €	1.919.934,22 €	1º
	Caixa Geral de Depósitos	1.790.039,99 €	215.699,82 €	2.005.739,81 €	0,00 €	2.005.739,81 €	3º
Cenário 3 (média da Euribor dos últimos 60 meses)	Banco Santander Totta, SA	1.790.039,99 €	354.107,20 €	2.144.147,19 €	0,00 €	2.144.147,19 €	4º
	Banco BPI	1.790.039,99 €	174.357,35 €	1.964.397,34 €	0,00 €	1.964.397,34 €	2º
	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Noroeste	1.790.039,99 €	160.897,08 €	1.950.937,07 €	0,00 €	1.950.937,07 €	1º
	Caixa Geral de Depósitos	1.790.039,99 €	215.699,82 €	2.005.739,81 €	0,00 €	2.005.739,81 €	3º

Para efeitos da hierarquização final das propostas apresentadas pelas instituições de crédito admitidas ao procedimento, atender-se-á aos resultados obtidos, numa análise sustentada na evolução histórica da taxa Euribor a 3 meses, desde a presente data à média dos últimos meses (36 e 60 meses), tendo em conta a supracitada conjuntura económica e a inexistente previsão de quando as taxas Euribor se tornem nulas ou positivas.

Em face dos valores evidenciados, da referida conjuntura económica e da retoma dos valores da Euribor, conclui-se que os encargos totais que decorrem da contratação de referido empréstimo, do ponto de vista do impacto no serviço da dívida, são indiscutivelmente mais vantajosos em propostas sem um *floor* [valor mínimo] zero.



[Handwritten signature]
Cun

Face à ordenação sistematizada no quadro II, atento o critério de adjudicação, propõe-se que seja considerada a proposta economicamente mais vantajosa a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, pelo prazo de 20 anos.

3. DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

Pese embora o referido empréstimo não seja considerado para a capacidade de endividamento do Município, uma vez se tratar de mera substituição de dívida de outro empréstimo bancário, através do quadro que se segue demonstra-se que o Município de Vila Nova de Cerveira apresenta uma margem utilizável para endividamento superior a 2 milhões de euros.

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(6), se (6)<(1)	(8)=(7)*20%
15.817.385	01/01/2018						
	5.674.375	100.477	5.774.852	4.730.285		11.087.119	2.217.424
	31/03/2018						
	5.676.298	115.896	5.792.194	4.846.939		10.970.445	2.194.089
Variação da Dívida %							2,47%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							2.100.760

Fonte: Ficha do Município publicada pela DGAL

4. VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ARTIGO 101.º DA LEI N.º 114/2017 DE 29/12

O artigo 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro prevê a possibilidade de as autarquias renegociarem o seu passivo de médio e longo prazos, condições e prazo (até ao limite máximo previsto no n.º 3 do art.º 51º do RFALEI, ou seja, 20 anos), desde que o valor atualizado dos encargos totais do novo empréstimo seja inferior ao valor atualizado do empréstimo atual (incluindo capital, juros, comissões e penalizações).



Adicionalmente, o novo empréstimo deve verificar, cumulativamente, as seguintes condições: não aumentar a dívida total do município e diminuir o serviço da dívida do município.

Assim, analisando o referido procedimento face a todos critérios previstos no artigo 101.º do Orçamento de Estado para 2018, verificamos o cumprimento integral das condições expressamente impostas no citado artigo, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro III - Análise face ao art. 101.º do OE/2018				
Demonstração do cumprimento dos critérios previstos no artigo 101.º da LEO 2018	Empréstimo Atual	Empréstimo Novo	Diferença	Cumprido o requisito?
O valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente	1.561.456,85	1.337.317,98	-224.138,87	Sim
Não aumente a dívida total do Município	1.790.039,99	1.790.039,99	0,00	Sim
Diminua o serviço da dívida anual do município (1.º Ano)	165.270,12	100.975,56	-64.294,56	Sim
Diminua o serviço da dívida total do município	1.941.923,45	1.907.955,89	-33.967,56	Sim

Proposta de deliberação

Analizadas as propostas remetidas pelas instituições de crédito cuja síntese se apresentou nos pontos anteriores deste relatório, bem como a demonstração da capacidade de endividamento, e assegurado cumprimento dos requisitos do artigo 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, propõe-se ao órgão executivo a seguinte deliberação:

Adjudicar o empréstimo no montante, até 1.790.039,99 € pelo prazo de 20 anos, ao Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, nos termos do relatório de análise de propostas e demonstração da capacidade de endividamento do município, e submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 4 e para efeitos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações sucessivas.



Foi assim dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros efetivos do júri.

A blue ink signature of Vitor Manuel Passos Pereira, written in a cursive style.

Vitor Manuel Passos Pereira

A blue ink signature of Carmen de La-Salette Oliveira Araújo, written in a cursive style.

Carmen de La-Salette Oliveira Araújo

A blue ink signature of Catarina Alexandra Lopes Pereira, written in a cursive style.

Catarina Alexandra Lopes Pereira



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

(05) PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA GESTÃO DE COMBUSTÍVEL PELO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA NAS REDES SECUNDÁRIAS EM SUBSTITUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 22/2018, DE 10 DE ABRIL

Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:

“PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A GESTÃO DE COMBUSTÍVEL PELO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA NAS REDES SECUNDÁRIAS EM SUBSTITUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 22/2018 DE 10 DE ABRIL

De acordo com o disposto no Decreto-Lei 22/2018, de 10 de abril, os Municípios podem se candidatar à linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 148.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153.º da mesma lei.

A referida linha de crédito tem como finalidade a atribuição de subvenções reembolsáveis aos municípios do território continental português, destinadas a financiar as despesas em que estes incorram com a gestão de combustível nas redes secundárias, em substituição dos proprietários e outros produtores florestais que incumpram o dever decorrente dos n.os 2 e 10 a 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

No caso em concreto a que o Município de Vila Nova de Cerveira se enquadra, este financiamento na modalidade de subvenção não está sujeito a juros remuneratórios e é reembolsável junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no prazo máximo até 5 anos, com carência de 1 ano.

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, o referido reembolso da subvenção tem um período de carência de um ano e será efetuado na medida em que seja arrecadada a quantia imputada aos responsáveis pela gestão do combustível, no prazo de 30 dias após o efetivo recebimento, até ao prazo máximo de cinco anos.

Nos termos do n.º 11 do artigo 153.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, o acesso à supracitada linha de crédito pelo Município de Vila Nova de Cerveira está dispensado da fiscalização prévia do Tribunal de Contas prevista no artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Os valores máximos de financiamento propostos para fazer face às despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível nas áreas prioritárias do Município de Vila Nova de Cerveira são os seguintes:


Vitor Pereira
Chefe Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

FREGUESIA	PRIORIDADE	%FINANC.	ÁREA (ha)	VALOR
Sopo	1ª	100%	3,7	9.805,00 €
Candemil Gondar	1ª	100%	6,5	9.275,00 €
Covas	1ª	100%	7,9	20.935,00 €
Sapardos	1ª	100%	2,2	5.830,00 €
Cornes	-	60%	1,4	2.226,00 €
Campos	-	60%	3,3	5.247,00 €
Total ...				53.318,00 €

Assim, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, proponho:

- 1. Que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira autoriza o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira a solicitar a adesão do Município à linha de crédito destinada a financiar as despesas com a gestão de combustível nas redes secundárias e a negociar a sua efetiva contratação até ao montante máximo de 53.318,00 €, por um período máximo de 5 anos e sem quaisquer juros remuneratórios;*
- 2. Que após a aprovação referida no número anterior, a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, para efeitos de autorização da contratação deste empréstimo / subvenção reembolsável, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, acompanhado do respetivo formulário de financiamento;*
- 3. Mais proponho, que a presente Proposta seja aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.*

Vila Nova de Cerveira, 18 de junho de 2018,"

A Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela que ficaram de apresentar declaração de voto, aprovar a proposta apresentada e autorizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira a solicitar a adesão do Município à linha de crédito destinada a financiar as despesas com a gestão de combustível nas redes secundárias e a negociar a sua efetiva contratação até ao montante máximo de 53.318,00 €, por um período máximo de 5 anos e sem quaisquer juros remuneratórios.

Que a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, para efeitos de autorização da contratação deste empréstimo / subvenção reembolsável, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, acompanhado do respetivo formulário de financiamento.

29/junho/2018


Vitor Pereira
Chefe Divisão



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A GESTÃO DE COMBUSTÍVEL PELO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA NAS REDES SECUNDÁRIAS EM SUBSTITUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 22/2018 DE 10 DE ABRIL

De acordo com o disposto no Decreto-Lei 22/2018, de 10 de abril, os Municípios podem se candidatar à linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 148.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153.º da mesma lei.

A referida linha de crédito tem como finalidade a atribuição de subvenções reembolsáveis aos municípios do território continental português, destinadas a financiar as despesas em que estes incorram com a gestão de combustível nas redes secundárias, em substituição dos proprietários e outros produtores florestais que incumpram o dever decorrente dos n.os 2 e 10 a 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

No caso em concreto a que o Município de Vila Nova de Cerveira se enquadra, este financiamento na modalidade de subvenção não está sujeito a juros remuneratórios e é reembolsável junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no prazo máximo até 5 anos, com carência de 1 ano.

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, o referido reembolso da subvenção tem um período de carência de um ano e será efetuado na medida em que seja arrecadada a quantia imputada aos responsáveis pela gestão do combustível, no prazo de 30 dias após o efetivo recebimento, até ao prazo máximo de cinco anos.

Nos termos do n.º 11 do artigo 153.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, o acesso à supracitada linha de crédito pelo Município de Vila Nova de Cerveira está dispensado da fiscalização prévia do Tribunal de Contas prevista no artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Os valores máximos de financiamento propostos para fazer face às despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível nas áreas prioritárias do Município de Vila Nova de Cerveira são os seguintes:

FREGUESIA	PRIORIDADE	%FINANC.	ÁREA (ha)	VALOR
Sopo	1ª	100%	3,7	9.805,00 €
Candemil Gondar	1ª	100%	6,5	9.275,00 €
Covas	1ª	100%	7,9	20.935,00 €
Sapardos	1ª	100%	2,2	5.830,00 €
Cornes	-	60%	1,4	2.226,00 €
Campos	-	60%	3,3	5.247,00 €
Total ...				53.318,00 €



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

Assim, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, proponho:

1. Que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira autoriza o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira a solicitar a adesão do Município à linha de crédito destinada a financiar as despesas com a gestão de combustível nas redes secundárias e a negociar a sua efetiva contratação até ao montante máximo de 53.318,00 €, por um período máximo de 5 anos e sem quaisquer juros remuneratórios;
2. Que após a aprovação referida no número anterior, a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, para efeitos de autorização da contratação deste empréstimo / subvenção reembolsável, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2018 de 10 de junho, acompanhado do respetivo formulário de financiamento;
3. Mais proponho, que a presente Proposta seja aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Vila Nova de Cerveira, 18 de junho de 2018,

O Presidente da Câmara,



João Fernando Brito Nogueira

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 9 / 7 / 2018

O Presidente,



Decreto-Lei n.º 22/2018
Manutenção de redes secundárias de faixas de gestão de combustíveis

Selecione o município e preencha apenas os campos assinalados a azul.

Município: **VILA NOVA DE CERVEIRA**

Área de intervenção (m²)	Regista	Prorrateio da intervenção	Área de Freguesia (m²)	Valor da despesa estimada não considerando Administração direta	Valor da despesa estimada com Administração direta	Valor da despesa já suportada não considerando Administração direta	Valor da despesa já suportada com Administração direta	Total da despesa (m²)	Valor máximo de financiamento nos termos do n.º 6 do art.º 8.º	Valor solicitado de financiamento	Validação Freguesia/Município	Validação área de intervenção	Validação financiamento entidade
37000,00	VILA NOVA DE CERVEIRA - Sopo	1	14820400,00	5.805,00 €				9.805,00 €	9.805,00 €	9.805,00 €	OK	OK	OK
35000,00	VILA NOVA DE CERVEIRA - Candemil e Gondar	1	10816600,00	9.275,00 €				9.275,00 €	9.275,00 €	9.275,00 €	OK	OK	OK
79000,00	VILA NOVA DE CERVEIRA - Covas	1	28604100,00	20.935,00 €				20.935,00 €	20.935,00 €	20.935,00 €	OK	OK	OK
23000,00	VILA NOVA DE CERVEIRA - Sapardos	1	6715600,00	5.830,00 €				5.830,00 €	5.830,00 €	5.830,00 €	OK	OK	OK
14000,00	VILA NOVA DE CERVEIRA - Cormos		6156500,00	3.710,00 €				3.710,00 €	2.225,00 €	2.225,00 €	OK	OK	OK
35000,00	VILA NOVA DE CERVEIRA - Campos e Vila Meã		8758000,00	8.745,00 €				8.745,00 €	5.247,00 €	5.247,00 €	OK	OK	OK
										55.338,00 €			

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 9/12/2018

O Presidente,

(Assinado)

(Assinado)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

(03) 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018

Foi presente a 1.ª revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018.

A Câmara Municipal, após detida análise e discussão dos referidos documentos, deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela que ficaram de apresentar declaração de voto, emitir parecer favorável à 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2017 e submetê-las à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações sucessivas.

Deliberou ainda, por unanimidade, não transcrever na ata os referidos documentos, pelo que, assinados pelos membros do executivo presentes, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.

29/junho/2018

Vitor Pereira
Chefe Divisão



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA

1ª Revisão ao Orçamento e
Grandes Opções do Plano

Em cumprimento do estipulado na al. c) do n.º1, do art.º33, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, foi elaborada a 1.ª revisão ao orçamento da receita, da despesa e do Plano Plurianual de Investimentos que será presente à Assembleia Municipal para aprovação, conforme estipulado na al. a), n.º1, do artigo 25.º da referida Lei, pelas razões abaixo indicadas:

Assim, a presente Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dará origem às seguintes modificações nos documentos previsionais 2017, operados no lado da receita e da despesa:

Revisão ao Orçamento da receita: Anexo I

1 – Reforço da rubrica 10030703 – Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados – Portugal 2020, relacionada com aprovação de candidaturas

2 – Reforço da rubrica 060306 - Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, relacionada com aprovação de candidaturas

3 – Reforço da rubrica 120602 – Empréstimos a Médio e Longo Prazo, relacionado com a contratação de dois empréstimos.

Revisão ao Orçamento da despesa: Anexo II

1 – As Grandes Opções do Plano, com as correspondentes modificações no Orçamento da Despesa, irão acolher a totalidade do aumento da dotação de despesa no montante de 856.223,00 € para o ano em curso, a ser distribuída por projectos identificados no mapa anexo à presente memória descritiva.

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI 2018), reforçaram-se um conjunto de projectos, tendo originado um aumento da dotação deste documento previsional em 795.223,00 € - Anexo III

- Plano de Actividades Municipais (PAM 2018), reforçaram-se projectos e criaram-se novos projectos, tendo originado um aumento da dotação deste documento previsional em – 61.000,00 € - Anexo IV

Resumidamente, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dará origem ao reforço do Orçamento da Receita, no montante de 856.223,00 €, por contrapartida de um reforço do Orçamento da Despesa, de igual montante.

Nestes termos, submete-se ao Executivo a proposta de revisão anexa.

Vila Nova de Cerveira, 27 de junho de 2018.

O Presidente da Câmara,


João Fernando Brito Nogueira



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Anexo I
1ª REVISÃO
AO
ORÇAMENTO DA RECEITA

ANO 2018

DELIBERAÇÕES

Por despacho de ____ de ____ de 2018

DA CÂMARA MUNICIPAL

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

____ DE _____ DE 2018

9 DE julho DE 2018
[Handwritten signature]

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 7		NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018		DATA DE APROVAÇÃO
		REVISÃO AO ORCAMENTO DA RECEITA				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-	380.921,00	61.000,00		441.921,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-					
10030703	PORTUGAL 2020	1.305.475,00	589.120,00		1.894.595,00	
12	PASSIVOS FINANCEIROS					
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS					
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS		206.103,00		206.103,00	
TOTAL ...		1.686.396,00	856.223,00		2.542.619,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		380.921,00	61.000,00		441.921,00	
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...		1.305.475,00	795.223,00		2.100.698,00	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS						

Em ____ de ____ de ____	Aprovada em reunião de ____

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 7/7/2018

O Presidente,

(Assinatura)

(Assinaturas)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Anexo II
1ª REVISÃO
AO
ORÇAMENTO DA DESPESA

ANO 2018

DELIBERAÇÕES

Por despacho de ____ de ____ de 2018

DA CÂMARA MUNICIPAL

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

__ DE ____ DE 2018

9 DE Julho DE 2018
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MODIFICAÇÃO NUMERO: 7

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS				DESPESA				O B S
				DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÔMICA		DESCRIÇÃO						
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA						
0102		CÂMARA MUNICIPAL						
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS						
	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	56.500,00	15.000,00		71.500,00		
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL						
	0701	INVESTIMENTOS						
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS						
	07010413	Outros	235.000,00	53.318,00		288.318,00		
02		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL						
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS						
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS						
	020225	OUTROS SERVIÇOS						
	02022599	OUTROS	271.263,67	24.000,00		295.263,67		
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL						
	0701	INVESTIMENTOS						
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS						
	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.000,00	113.925,00		114.925,00		
	07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	45.000,00	303.915,00		348.915,00		
	07010407	Captação e distribuição de água	221.000,00	1.000,00		222.000,00		
	07010413	Outros	833.600,00	170.600,00		1.004.200,00		
	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	6.000,00	55.965,00		61.965,00		
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO						
	07011002	Outros	43.750,00	41.500,00		85.250,00		
	070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	230.000,00	55.000,00		285.000,00		
03		DIVISÃO SÓCIO CULTURAL DE DESPORTIVA						
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS						
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS						
	020225	OUTROS SERVIÇOS						
	02022599	OUTROS	716.765,00	22.000,00		738.765,00		
TOTAL ...			2.659.878,67	856.223,00		3.516.101,67		
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...				61.000,00				
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				795.223,00				

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 9 / 7 / 20 18

O Presidente,





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Anexo III
1ª REVISÃO
AO
PPI

ANO 2018

DELIBERAÇÕES

Por despacho de ____ de ____ de 2018

DA CÂMARA MUNICIPAL

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

__ DE ____ DE 2018

9 DE julho DE 2018

[Handwritten signature]

DETALHE DAS MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	DETALHE DA MODIFICAÇÃO			
			Dados anteriores		Dados atuais	
			Período	Fontes de Financiamento AC AA PC	Período	Fontes de Financiamento AC AA PC
2.4.2. 04	2017 I 23	PMUS - Mobilidade Suave em Vila Nova de Cerveira		85.00		85.00
2.4.2. 03	2018 I 24	Requalificação do Espaço Público envolvente ao Bairro da Calçada, à urbanização de Cerveira e ao Centro Escolar de Cerveira		85.00		85.00
2.4.3. 01	2002 I 25	Ampliação e remodelação das redes de saneamento básico		85.00		85.00
2.4.3. 01	2015 I 8	Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Corres		85.00		85.00
2.4.3. 01	2017 I 6	Saneamento Básico na Rua da Beaposta e Rua de S. João, em Reporeda		85.00		85.00
2.4.3. 02	2017 I 7	Saneamento Básico na Rua da Costa, Rua da Pedreira, Rua de S. Tiago e Rua do Tojal, em Nogueira		85.00		85.00
2.4.3. 01	2018 I 5	Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo		85.00		85.00
2.4.4. 02	2018 I 26	Reforço da Rede de Água em Bacia das Freguesias do Interior - Reservatório, Adução e Distribuição		85.00		85.00
2.4.6.1. 04	2018 I 10	Centro de Atividades - Rio e Maruessa		90.00		90.00
2.5.1. 07	2018 I 25	Alto Mito 4D - Viagem no tempo		85.00		85.00

Em _____ de _____ de _____
O Presidente da Câmara, _____

Aprovada em reunião de _____

Os Vereadores:





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
APROVADO em Sessão de 9 / 7 / 2018

O Presidente,




MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Anexo IV
1ª REVISÃO
AO
PAM

ANO 2018

DELIBERAÇÕES

Por despacho de ____ de ____ de 2018

DA CÂMARA MUNICIPAL

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

__ DE ____ DE 2018

9 DE julho DE 2018
Curatelo

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / ACÇÃO	ANO/NÚMERO DO PROJ.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC.	DADOS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUENTE
								ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
				INÍCIO	FIM			DEFINIDO	NÃO DEFINIDO				
1.		Funções Gerais											
1.2.		Segurança e ordem pública											
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios											
1.2.1.	04	Apoio para a Constituição e Manutenção Equipa de Intervenção Permanente	0102	040701	2018/07/01	2018/12/31						15.000,00	15.000,00
2.		Funções sociais											
2.4.		Habituação e serviços coletivos											
2.4.5.		Proteção meio ambiente e conservação da natureza											
2.4.5.1.		Proteção, conserv. valorização património natural											
2.4.6.1.	07	Centro de Atividades - Rio e Natureza	02	02022599	2018/07/01	2018/12/31						3.000,00	3.000,00
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos											
2.5.1.		Cultura											
2.5.1.	06	Alto Minho 4D - Viagem no tempo	02	02022599	2018/07/01	2018/07/31						21.000,00	21.000,00
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer											
2.5.2.	08	KNOMs	03	02022599	2018/07/01	2018/12/31						22.000,00	22.000,00
TOTAL ****												61.000,00	61.000,00





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 9 / 7 / 2018

O Presidente,
Inachado